

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de abril de 2018.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa Lula, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Gika Lopes Lula, Heber Santana, Hildécio Meireles, Jânio Natal, José de Arimateia, Joseildo Ramos Lula, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia Lula, Manassés, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto Lula, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vítor Bonfim, Zé Neto Lula, Zé Raimundo Lula e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: (lê) “o Projeto de Lei nº 22.771/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira autorizada a operar no país, e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 22.761/2018, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar direitos creditórios de propriedade do Estado junto ao Fundo de Compensação e Variações Salariais – FCVS; e o Projeto de Lei nº 21.766/2016, de autoria do deputado Zó, que atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites dos municípios de Camaçari, Candeias, Dias d’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz”.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa Lula:- Reconhecendo a solicitação da verificação de quórum feita pelo deputado Hildécio, quero solicitar a marcação dos 15 minutos, o acionamento das campainhas, o convite para todos os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas, que estão no cafezinho, ou estão nos corredores, ou estão atendendo exatamente às demandas do mandato, comparecerem ao Plenário para cumprir o quórum regimental e dar continuidade à sessão.

Aproveito o tempo de 5 minutos, Sr. Presidente, para, mais uma vez, reafirmar a importância de se ter, na condução da Bahia, um governador com a determinação e com a disposição, mas, acima de tudo, com o compromisso partidário e ideológico de conduzir este estado com dignidade e com respeito à sociedade baiana.

O governador é chamado de Rui “Correria” nos quatro cantos da Bahia e, aqui em Salvador, já é intitulado governador-prefeito de Salvador por ser, exatamente, o governador que mais realiza obras nesta cidade.

Se formos contar as obras das encostas, as obras de mobilidade com viadutos, passarelas e o metrô com toda a sua extensão, a gente tem hoje uma cidade melhor. O metrô, estando já como menino nascido recentemente, mas, sem dúvida, está dentre os maiores do país hoje. O metrô é um dos poucos ou o único que possui o acesso ao aeroporto.

Mas gostaria de dizer também, senhor, que Salvador, como capital, é uma grande metrópole que está dentre as maiores do Nordeste, configura dentre as grandes capitais do país e traz dados alarmantes na cobertura da saúde básica, no trato e no cuidado com a educação.

Do outro lado, a gente tem presenciado toda a história montada e pautada, acima de tudo, através de um processo arcaico de uma política coronelista que, ainda, insiste em perseguições e em coações e que possui, como representante dessa estrutura, um menino que se acovardou e que brincou de fazer obras em Salvador. Quanto a essas obras, eu as chamei de maquiagem. Eles me mandaram cópias e fotografias inclusive dessas maquiagens que as chuvas levaram. Eu lhes respondi dizendo que a maquiagem não era à prova d’água. Isso é a prova do bom momento que vive o estado da Bahia e Salvador está pegando carona neste governador-prefeito.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro os pedidos das questões de ordem dos deputados Hildécio Meireles e Bira Corôa Lula.

Peço zerar o painel e marcar o tempo regimental para que as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados, presentes no cafezinho ou em seus gabinetes ou próximo ao Plenário, compareçam a este recinto, pois há um pedido de verificação para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, eu questiono a V. Ex.^a quem fez o pedido do tempo de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- O deputado Bira Corôa pediu.

O Sr. Hildécio Meireles:- Está gravado isso aí?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Está gravado e está em ata.

O Sr. Hildécio Meireles:- Eu posso ver?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pode ver. Pode checar. Fique à vontade, deputado Hildécio, para fazer a conferência. V. Ex.^a está de parabéns, pois é, sempre, atuante e combativo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

(Pausa)

Restabelecido o quórum.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente. Não há orador inscrito no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará o deputado Hildécio Meireles por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre deputado, representante do Baixo Sul e de toda a Bahia, Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhoras e senhores presentes, eu ouvi, atentamente, alguns pronunciamentos aqui proferidos desta tribuna, em especial o pronunciamento do deputado Rosemberg Pinto. Vejo que o deputado Rosemberg Pinto, como tantos outros deputados que vêm a esta tribuna, manifesta as suas solidariedades ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu queria, deputado Gika, fazer aqui uma declaração.

Eu nunca votei com o ex-presidente Lula. Eu, de forma clara e transparente, sou oposição ao governo do PT. Fiquei sensibilizado, deputado Luciano Ribeiro, com a situação de um ex-presidente da República que, infelizmente, terminou indo para o cárcere. Falo isso de uma forma tranquila e de uma forma bastante consciente. Qualquer brasileiro ficaria sensibilizado com aquela situação.

E, deputado Luciano, o que me causa ainda mais sentimento de sensibilidade, é saber que, contra um ex-presidente da República, ainda existem seis ou sete denúncias, ou melhor, seis ou sete processos que já se encontram em andamento na Justiça brasileira. Ainda não sabemos quais serão os resultados desses processos.

Eu vejo, aqui, alguns deputados se exacerbarem em suas defesas. Vejo alguns deputados, de forma até descontrolada, desconsiderar o Poder Judiciário do Brasil, desconsiderar a própria Polícia Federal, desconsiderar os órgãos responsáveis pelo acompanhamento e pela aplicação da lei neste país. Fico preocupado!

Todos nós sabemos que o ex-presidente Lula, de fato, realizou ações benéficas para o país, assim como tantos outros presidentes, também, da mesma forma, agiram. Todo mundo sabe disso. Ninguém vai negar.

Mas nós sabemos que, também, o ex-presidente Lula cometeu as suas falhas, porque se é que ele não praticou a diminuição no Erário do Brasil, ele permitiu que assim o fizessem. E, dessa forma, pelo menos, ele praticou o crime de prevaricação, pois este crime, também, é condenável com aqueles que tratam e cuidam da coisa pública em nosso país.

Mas quero dizer o seguinte: nós não podemos considerar nem o ex-presidente Lula ou nenhum governante que passou por este país ou até por este estado, nós não devemos considerar tais pessoas como uns semideuses, pois, afinal de contas, eles são homens ou mulheres que foram ou são responsáveis pelo governo do Brasil.

Fico muito à vontade em falar sobre o governo do ex-presidente Lula, da ex-presidente Dilma Rousseff, como do próprio governo atual, porque este, também, é cheio de defeitos. Claro, tinha de ser, deputado Zé Raimundo, até porque este atual governo do Brasil nasceu das entranhas do governo do PT.

A Sr.^a Luiza Maia Lula:- Entranhas?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Assim, deputada, exatamente assim! Este governo que está aí atualmente a governar o nosso país nasceu, exatamente, das entranhas do PT! Portanto, fico muito à vontade em dizer isso.

E, aí, quero fazer uma pergunta aqui aos Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas, pois sobem a esta tribuna para defender a situação do presidente Lula da Silva. Por que não fazem o mesmo? Qual é a diferença? Qual é a diferença do que aconteceu, por exemplo, com o ex-ministro Palocci? Qual é a diferença do que aconteceu com o ex-ministro José Dirceu? Qual a diferença do que aconteceu e está acontecendo com o ex-senador Aécio Neves ou com tantos outros que, por aí, cometeram atos de improbidade e de diminuição das receitas públicas deste país? Portanto, esta é a grande questão!

E eu aproveito aqui o momento, meu caro deputado Marcelino Galo. Esperei a presença de V. Ex.^a neste Plenário para fazer esta observação. Durante a semana

passada, eu fiz aqui uma observação com relação à questão dos sobrenomes que alguns deputados colocaram como o seu nome político em Plenário.

E quero dizer a V. Ex.^a que, sem querer fazer nenhuma referência maléfica ao ex-presidente, mas apenas ao ato de parlamentares, sejam desta Casa ou sejam do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado – fazer o mesmo não só com relação ao sobrenome Lula da Silva, como também ao sobrenome Moro, como também ao sobrenome Bolsonaro.

Afinal de contas, nós estamos personalizando homens que têm a sua própria atribuição e responsabilidade e, assim, trazemos, para nós, uma discussão que não é a discussão a que esta Casa ou qualquer Parlamento se propõe.

E, aí, eu gostaria de ler aqui um trecho de um editorial do jornalista Gaudêncio Torquato, da *Tribuna da Bahia*, intitulado “*O uso dos nomes em vão*” quando parte dele diz o seguinte, deputado Joseildo Ramos.

(Lê) “*O estágio civilizatório de um povo é medido por grandes e pequenos atos, entre as quais avanços, descobertas, tecnologia, desenvolvimento econômico e social, este último compreendendo formas de pensar e de agir, atitudes e gestos. A cultura política, portanto, deriva da forma de pensar e agir daqueles que dela participam, representantes do povo, governantes e simpatizantes, entrando aqui os militantes.*

Quando esses grupos assumem posições que descambam para o perigoso terreno da galhofa, é razoável intuir que a régua civilizatória do território em que habitam está meio torta. Algo parece fora do tom. Sinais extraídos dos climas emotivos que animam bandas partidárias apontam para resquícios de barbárie, passos erráticos, movimentos canhestros, coisas ridículas. Querem um exemplo?

A decisão de deputados e senadores do PT de solicitar aos presidentes das duas Casas congressuais a adição do nome Lula às suas respectivas designações parlamentares. Na contrapartida, adversários começam a solicitar que também a seus nomes seja agregado o sobrenome Moro, em referência ao prestigiado juiz Sérgio, de Curitiba. Uma ridicularia de primeira grandeza. Manobra oportunista, demagógica, sob o cobertor de um marketing mentiroso a ser intensificado nos próximos tempos, face à polarização aberta e ao tiroteio recíproco entre as alas do lulo-petismo e adversários encastelados em alguns partidos.”

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (Lê) “*(...) Na ponta direita, a decisão destemperada dos petistas gera também a incorporação do sobrenome Bolsonaro aos nomes dos parlamentares alinhados ao presidencial e deputado Jair.”*

Portanto, a minha crítica, deputado Marcelino Galo, não estava, apenas, apontada para os deputados do Partido dos Trabalhadores que assim procederam e, sim, a todos que usam, de fato, deste expediente, pois, em meu modo de entender, este é demagógico muitas vezes. E, assim, a maioria procede ao tentar usufruir ainda do resto do prestígio decadente do ex-presidente Lula.

E, neste momento, eu me sensibilizo ainda mais com ele. Não é o caso de V. Ex.^a, não é o caso de alguns deputados, aliás, a grande parte deles. Assim agiu o

presidente desta Casa. Assim agiu o governador do estado que, de forma parcial, ele, como chefe de um Poder Executivo, não deveria ter feito um vídeo afrontando os outros poderes deste país e deste estado.

Mas quero conceder, com todo o prazer, um aparte ao nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Eu declino, porque o tempo não vai dar para discutirmos. Em outro momento, eu farei o debate com V. Ex.^a. Agradeço a sua boa vontade. Mas o tempo não permitirá o debate. Eu vou, até, parar para V. Ex.^a concluir o seu pronunciamento e se despedir. Eu não usarei o aparte para não parar no meio.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- O.k. Então, obrigado, deputado Joseildo.

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

(Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRP/Podemos/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro: Falará o deputado Soldado Prisco por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 13 minutos, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, venho mais uma vez falar aqui da situação e das demandas dos servidores públicos nesta Casa. Não é possível que os servidores públicos, todas as semanas, vão vir para essas Galerias, e não vão ter atendidas, pelo Líder do Governo, pela Base do Governo, as suas demandas para que os deputados votem o projeto dos servidores públicos. Outros projetos já chegaram na frente, nem uma consulta, nem um diálogo foi feito nesse sentido. A gente vê a

peregrinação dos servidores públicos aqui nesta Casa toda semana, e, infelizmente, nenhuma posição do governo do estado.

Vai tratar os servidores como estão tratando o Planserv, da mesma forma? Não vai apreciar? E olhem que são uma categoria importante, os servidores do Ministério Público. Não vai querer nem dialogar? Essa é a forma como o governo vem tratando os servidores, são 4 anos sem reajuste salarial e nenhuma negociação. Será que na campanha eleitoral, se o governador falasse isso... ou nessa campanha eleitoral, na reeleição dele, ele vai repetir isso de novo? Que vai ficar 4 anos sem dar aumento de novo? Que vai retirar todos os benefícios dos servidores? Será que ele vai falar isso agora na campanha da reeleição? Vai continuar enganando os servidores públicos em todas as áreas?

Eu ouvi aqui a deputada falando que a regulação é uma forma democrática de atender a população. Pelo amor de Deus, todo mundo sabe como é que a regulação do estado está, como os servidores públicos da saúde estão lidando com toda aquela situação. Não adianta só construir hospital, e não colocar servidores ali, não colocar trabalhadores, até para fluir todo o atendimento. Infelizmente não vemos isso acontecer, vemos uma Bahia com os seus serviços e todos os servidores públicos simplesmente sucateados por esse governo. Desde o início do seu mandato, foi assim na área de segurança, na área de educação e na área da saúde.

No Poder Judiciário, no Ministério Público, parece que o governo faz a mesma coisa, não há nenhum respeito. A Defensoria Pública, nem se fala, toda ela sucateada, nenhuma condição. Lembro-me que estive em uma audiência, numa vara especial na Liberdade, e a própria juíza fez um clamor para mim: “Deputado, já que o senhor vai estar lá, peça pela Defensoria Pública, peça que o governo expanda, contrate mais defensores porque o estado está carente, a demanda é muito grande, e não tem defensor.” Simplesmente o governo do estado está tratando essa realidade, que serve ao povo... Ele fala tanto que se preocupa com o povo, e em relação aos dois órgãos – tanto o Ministério Público como a Defensoria Pública – não vemos nenhuma preocupação desse governo. Até quando isso vai perdurar na Bahia? Enquanto gasta fortuna com propagandas, bilhões com propaganda, o serviço público, que atende a população da Bahia, fica nessa carência. Vem uma juíza em plena audiência pedir, pelo amor de Deus, que contrate defensor público porque a Bahia não tem em várias de suas cidades. E olhe que ela falou de Salvador.

Imagine em que realidade está o interior da Bahia. Imaginem as condições de trabalho em que devem estar os defensores públicos com essa carência absurda que está acontecendo no estado. Eu sei, porque já precisei da Defensoria Pública, sei o quanto é importante o trabalho da Defensoria, não só para mim como para muitas pessoas que estão necessitadas hoje e não têm ali amparo nenhum. Nós não vemos nenhuma preocupação nesse sentido. Cadê a preocupação com aquele que realmente precisa do defensor, com o servidor no Ministério Público? Não tem nenhuma preocupação.

Então esse é o governo que, infelizmente, só tem enganado a população da Bahia com falsas promessas. Como muito bem colocou aqui o Líder Luciano Ribeiro, todas as demandas dos servidores públicos nesta Casa foram retiradas por esse

governo e votadas pela Base do Governo. Espero que na eleição do dia 7 de outubro os servidores públicos lembrem que na campanha passada os servidores públicos carregaram esse governo nas costas e o elegeram.

Eu espero que eles lembrem o que esse governo fez com os servidores públicos nesta Casa. Aliás, nada fez: suspendeu a Conder, como já falei anteriormente, está aí até agora à míngua; o Planserv, total descaso com o plano de saúde, toda hora reclamação, toda hora pedido, a gente não consegue ver de que forma vai resolver essa situação, porque o governo não está nem um pouco preocupado com isso. Aumentou, aqui nesta Casa, absurdamente, o Planserv, e nada fez.

Na nossa categoria, a Polícia Militar, então, nem se fala. O auxílio-transporte, que é um direito do trabalhador, lei há 17 anos neste estado, não é pago pelo estado. O policial tem que tirar do seu próprio bolso para pagar o transporte porque o estado não paga. Os policiais militares são a única categoria de trabalhador que não tem o adicional de periculosidade porque o governo não paga a periculosidade.

E, mesmo com ação judicial, com causa ganha na Justiça, o governo recorre e fica protelando para não pagar. Minha advogada agora até me informou que a minha ação de reintegração que o estado não cumpriu, que já transitou e julgou, teve mais uma nova piada na Procuradoria Geral do Estado, que falou que não cumpriu porque eu não optei por ser policial militar, que eu deveria optar. Isso é uma piada de mal gosto, inclusive.

Esse é o governo que trata o povo dessa forma, sem policiamento, sem efetivo. Ainda mais, o pouco efetivo que tem é desviado para atender os anseios e os desejos do governador do estado. Continua aquela aberração na obra do metrô ali em Lauro de Freitas, quatro viaturas desviadas para tomar conta da CCR Metrô. Passei lá hoje novamente, continua a mesma coisa, sem nenhuma alteração, tamanha a cara de pau desse governador.

Nem a viatura dali ele tira, a viatura, que seria para atender a população, está lá tomando conta da obra da CCR Metrô. Eles não estão nem um pouco preocupados com a violência que o povo está passando. Este é o governo que disse que iria cuidar dos baianos. Continua lá, da mesma forma, sem nenhuma alteração: três policiais em cada viatura; quatro viaturas, 12 policiais, inclusive dentro da CCR Metrô.

Já que não está tendo sessão, deputado, vou até propor ao deputado Marcelino Galo, que é o presidente da Comissão de Segurança Pública – vamos ver se a gente tem quórum na próxima semana –, que a comissão faça uma visita lá, que necessariamente não precisa aprovar, entendeu?

(Deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Com certeza, estou falando que não precisa aprovar em si. A gente pode tomar a iniciativa também de ir lá e fazer uma visita.

(Deputados falam fora dos microfones.)

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Com certeza, com certeza, tem que ver para comparecer aos trabalhos lá da Casa.

Mas, independentemente do quórum ou não, os deputados têm autonomia para fiscalizar o Executivo, a gente pode tomar a iniciativa como V. Ex.^a já tomou a

iniciativa de visitar delegacias, mesmo sem a aprovação, porque a nossa função é fiscalizar o Executivo. A gente vê lá quatro viaturas, 12 policiais dentro da CCR Metrô, dentro de uma empresa em Lauro de Freitas, enquanto a população da Bahia clama por segurança naquela região, uma área muito violenta.

Está faltando policiamento enquanto seu governo, deputado Gika, está tomando conta dos empresários da obra do metrô. Na sua cidade, por exemplo, a violência é enorme naquela região ali, mas não tem viatura, não tem efetivo policial porque o efetivo policial é desviado para fazer a escolta de carros de valores, para fazer a segurança da CCR Metrô, para fazer a escolta e a segurança da Diamantina, houve um assalto lá. Onde há assalto... então, agora...

Inclusive, o mais absurdo é o comandante-geral da PM dizer que a PM está apenas prestando um serviço àquela empresa devido ao montante de dinheiro que ela está transportando. Então, agora, todo comerciante, todo pequeno empresário que estiver movimentando dinheiro de um lado para o outro pode solicitar também a escolta pessoal, deputado Carlos Geilson, já que o comandante-geral da PM falou que a viatura da polícia está aí para isso.

Então veja a que tamanho absurdo chegou esse governo, de achar que é normal o serviço público está fazendo serviço privado, tirando a segurança da população da Bahia. Isso vem ocorrendo desde que esse governo chegou ao governo. Continua aquela aberração, a gente vai denunciar de novo. Nesta semana, inclusive, nós estamos entrando com uma representação no Ministério Público. Hoje eu fui lá só para tirar as fotos. Já que a gente fez um vídeo e colocou nas redes sociais, e não houve resultado, vamos entrar com uma ação para que o Ministério Público, o órgão fiscalizador, tome uma providência em relação àquela aberração que vem acontecendo em Lauro de Freitas.

Até quando o povo da Bahia vai ver, em todos os finais de semana, 35, 40 homicídios só na Região Metropolitana, e nenhuma providência ser tomada? Esses são os números, muito superiores à violência no Rio de Janeiro. A Bahia é praticamente o primeiro estado em violência no Brasil, tem seis cidades no ranking das 10 cidades mais violentas.

Mas você não vê a mídia da Bahia falando sobre isso. A gente sabe porque a mídia da Bahia infelizmente não fala isso, porque praticamente a toda parte dela, aos meios de comunicação, a toda publicidade na Bahia, o governo paga fortunas. E aí não vai falar da realidade que está acontecendo na Bahia, que é muito superior à do Rio de Janeiro em número de homicídios, em número de estupros, de roubo de veículos. O tráfico de drogas domina, os bairros são dominados pelas facções criminosas, em quase todos os bairros de Salvador você tem que pedir autorização para adentrar ou para sair. Todo mundo na Bahia sabe disso.

A mídia é que não fala a realidade do povo da Bahia: que a violência tem tomado conta, que as facções determinam tudo, horário até de entrega de lixo, de correr e entregar as suas correspondências. E o governo dá o famoso João sem braço, diz que está tudo maravilhoso. O secretário ainda vai para a imprensa dizer que o número de assaltos a ônibus diminuiu. Só se for no ônibus que ele pega, porque a violência que está aí, a gente está vendo tudo.

O secretário, que já está aí há 10 anos, tem no prédio dele um policial para tomar conta da porta do elevador, quando ele sobe, e outro policial para tomar conta da entrada dele lá. Dois policiais são utilizados só para atender o secretário de Segurança Pública na porta do elevador que ele entra e na que ele sai do prédio.

É assim que anda a segurança pública na Bahia, construiu-se um prédio só para um secretário ficar e ainda se coloca dois policiais exclusivos para ficarem tomando conta do elevador para ele; um, no térreo do prédio; o outro, no andar dele.

São esses absurdos que a população tem que saber, essa é a violência que está aí na rua, vidas que estão sendo ceifadas por esse governo em todos os locais. Tem bairros hoje que, para a PM adentrar, tem que ter uma verdadeira força-tarefa, como a região do Nordeste, como a região de Tancredo Neves, como em Itinga, em Lauro de Freitas, onde tem quatro viaturas tomando conta da CCR Metrô. As facções determinam o horário, determinam o tempo de tudo aquilo ali. E olhe que lá há uma prefeitura do próprio PT, do Partido dos Trabalhadores, e a violência continua daquele jeito que está lá, nenhuma providência nós vimos ser tomada por esse governo. Só mentira, enganação, estelionato eleitoral. Essa é a prática número um desse governo. São tantas mentiras – de tantas mentiras contadas que se transformam em verdade –, que ele quer que o povo acredite.

Mas o tempo está chegando. Como já caiu na presidência, no governo também vai chegar. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o povo da Bahia vai despertar, vai acordar e, no dia 7 de outubro, essa resposta será dada, de tantos absurdos que acontecem na educação, na saúde e na segurança, eu tenho certeza.

Esse governo deveria respeitar esta Casa, porque as emendas impositivas não são pagas por esse governo, que deu um verdadeiro calote não só nos deputados da Oposição, mas em todo o Poder Legislativo. Esse é um governo caloteiro que não paga aquilo que determina a lei nesta Casa, e deveria pagar, que são as emendas impositivas. Utiliza, inclusive, as emendas impositivas dos deputados para fazer a sua campanha eleitoral. Isso é outro absurdo, ele próprio quer entregar as emendas impositivas, é a prática que esse governo vem fazendo desde que assumiu o governo. E, infelizmente, é um desrespeito total ao Poder Legislativo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Alex Lima):- Ordem do Dia.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Presidente, pela ordem.

O Sr. Presidente (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para pedir a V. Ex.^a a verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Zé Neto Lula:- Não faz meia hora que pediram.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, V. Ex.^a vai botar em votação uma Ordem do Dia. Tem que ter quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem.

O Sr. Presidente (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Só observar: já tem meia hora que pediram?

O Sr. Presidente (Alex Lima):- Sim.

O Sr. Zé Neto Lula:- Tem? Então eu peço a V. Ex.^a que... utilize o tempo regimental de 15 minutos e solicito aos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa que venham aqui para o Plenário porque agora nós já estaremos entrando em regime de votação. Então, quanto mais rápido vierem para o Plenário para trabalharmos esse processo de aferição, mais rápido teremos condição de poder votar e fazer com que as demandas possam fluir adequadamente aqui na Casa.

O Sr. Presidente (Alex Lima):- Defiro as questões de ordem dos deputados Sidelvan Nóbrega e Zé Neto.

Peço que zerem o painel e façam constar o tempo regimental, ao tempo que convido as Sr.^{as} e os Srs. Deputados a se fazerem presentes na sessão porque há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente faz a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente continua a verificação de quórum.)

Com a presença do presidente Angelo Coronel, já temos quórum para a continuidade da presente sessão.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.771/2018, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com instituição financeira autorizada a operar no país e dá outras providências.

Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Alex lima):- Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO LULA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, imprensa, visitantes: (lê) *“Parecer das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Finanças, Orçamento, Fiscalização e*

Controle, ao Projeto de Lei nº 22.771/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira autorizada a operar no país, e dá outras providências.'

A proposição que ora venho relatar, encaminhada a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetiva obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa, o Poder Executivo contratar, em nome do Estado, operação de crédito no montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão) de reais, 'que será destinado ao pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal', conforme registra a Mensagem Governamental.

O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Oposição, suprimindo o art. 1º do projeto e seu parágrafo único..."

Eu respeito muito a Bancada da Oposição e o seu posicionamento com relação à emenda, mas, Sr. Presidente, eu opino pela rejeição da emenda, pedindo vênica ao deputado Luciano Ribeiro, Líder da Oposição na Casa, porque, deputado, se eu aprovo essa emenda, é natural que... seria como se eu estivesse aprovando a extinção do projeto. Então eu verifiquei, e ficaria inapropriado, (lê) "(...) uma vez que é o art. 1º que autoriza a contratação da operação de crédito, impedindo, a sua supressão, o alcance do objetivo da proposição.

Por outro lado, ocorre que o projeto cumpre estritamente o quanto estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000). Todos os requisitos necessários para a solicitação de autorização legislativa para o Estado contratar operação de créditos foram observados e efetivados.

É importante salientar que a autorização legislativa de que trata o projeto é uma fase prévia, um requisito a priori necessário para o desencadeamento e alcance da contratação de operação de crédito. Assim, os requisitos necessários para as futuras etapas também serão observados e cumpridos com cautela e atenção, conforme exigido na legislação pátria..."

Eu estou dizendo isso porque eu respeito muito a Oposição, e a Oposição questiona que o projeto vem sem a aplicação desses recursos. Na realidade, o que se aprovará aqui, ou seja, se obtivermos os 32 votos necessários, é exatamente a autorização para que o governo possa ir ao mercado financeiro, a um banco oficial, um banco que opera no Brasil, para que ele possa se disponibilizar, quando, então, o governo vai apresentar as garantias necessárias e tal.

Depois, deputado Fábio Souto, é que virá o trâmite do ponto de vista da aplicabilidade. E aí, o próprio setor, seguimento financeiro, a própria instituição financeira é que vai requerer o projeto para a aplicabilidade desses recursos. Então, é sempre assim em qualquer estado. Por isso que eu quero aqui dizer: (Lê) "(...) Com relação à preocupação trazida quanto a observância do inciso I do § 1º do art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta também não merece prosperar tendo em vista que os precatórios não são despesas correntes e sem tratamento específico no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Além disso, o Estado da Bahia, em constante aprimoramento da democratização, possui o portal Transparência Bahia, que é um instrumento de consulta e acompanhamento da aplicação dos recursos do Estado, através do qual são divulgadas em rede mundial (Internet) todas as informações referentes às receitas, despesas e limites estabelecidos pela LRF, podendo ser consultados, ainda, todas as transações feitas pelo Estado, o que reforça o zelo e compromisso, inclusive, com a matéria ora discutida.

Por fim, cabe-me apresentar, na condição de Relator, a seguinte emenda, destinada a tornar mais esclarecedora a redação do projeto: "Obviamente, atendendo às preocupações apresentadas no pedido de emenda do relator, através da emenda da Bancada da Oposição. Para que isso possa ficar mais claro é que eu coloquei esta emenda.

(Lê) "(...) altere-se o art. 1º do Projeto de Lei nº 22.771/2018, com a inclusão de um novo parágrafo, que será o 1º, passando o parágrafo único original a ser §2º, com a redação também alterada, na forma seguinte:

'Art. 1º -

§ 1º - A instituição financeira a ser contratada será a que apresentar melhor proposta em processo de seleção pública a ser realizado pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

§ 2º - Os recursos resultantes do financiamento autorizado nesta Lei serão utilizados para o cumprimento dos depósitos mensais a que o Estado está obrigado, conforme Plano de Pagamento de Precatórios sujeitos ao regime especial de pagamento, apresentado ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, na forma prevista no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal."

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo promover inclusões e ajustes redacionais com o escopo de ampliar a efetividade e precisão do conteúdo proposto.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2018."

Meu querido presidente Alex Lima.

Além do projeto apresentado pelo senhor governador Rui Costa, eu incluí essa emenda para que ela pudesse ficar mais esclarecedora, criando as condições de uma transparência maior na sua aplicabilidade. Por isso, eu peço a aprovação de todos os deputados e deputadas desta Casa, principalmente dos deputados da Oposição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Em votação o parecer do relator deputado Rosenberg Pinto no âmbito das comissões.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu verifico que o deputado Rosemberg atendeu em parte aos reclamos da Oposição quando aqui nós dizíamos que a Oposição era propositiva. Embora tendo sido, naquela oportunidade, incompreendido pelo Líder do Governo, que disse que a minha colocação era para tentar impedir o empréstimo e que não era uma colocação condizente, observe que o deputado Rosemberg, do PT, acatou em parte aquilo que nós havíamos proposto, o que faz cair por terra o argumento político do deputado Zé Neto.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Ex.^a para que a votação transcorra com a legalidade devida, que se verificasse o quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V. Ex.^a será atendido. Questão de ordem, deputado Zé Neto Lula.

O Sr. Zé Neto Lula:- Eu peço que sejam aplicadas as regras regimentais, o tempo necessário para o deslocamento dos Srs. Deputados e das Sr.^{as} Deputadas que se encontram na Casa, para que possam dar frequência aqui nas comissões que ora serão apreciadas, ou que ora farão apreciação dessa matéria.

Quero dizer ao meu querido amigo deputado Luciano Ribeiro que o que eu coloquei foi mais força de expressão, porque eu via desnecessário o questionamento feito pela Oposição, uma vez que se trata de uma situação autorizativa, visa ao cumprimento de uma situação que no país inteiro nos preocupa a todos, inclusive a ele, que foi prefeito, sabe o que é a dificuldade de enfrentar essa situação dos precatórios em todos os âmbitos, em todas as esferas: municipal, estadual e federal.

Então, era mais isso. Porque não há necessidade nenhuma de a Oposição dizer que não havia transparência na formulação, até porque essa é a formulação que legalmente é a adequada, não existe outra. Até porque nós não temos como saber qual será a instituição, porque se trata de uma autorização. Depois de receber a autorização é que vamos atrás do dinheiro, se parcialmente, se completo. Vamos correr para ver, com essa autorização, o recurso que possa alcançar o volume de R\$1 bilhão. Isso é um outro trabalho que não vai ser fácil, até porque hoje já temos R\$300 milhões emperrados lá na burocracia, infelizmente proposital, na Fazenda Nacional.

Então, Sr. Presidente, eu peço que aplique aí o tempo regimental e convoque os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas para que possam comparecer aqui ao Plenário. Quanto mais rápido tivermos aqui agilidade, mais conseguiremos ir fazendo jus às votações que estão em pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V. Ex.^a será atendido. Peço que conte os 15 minutos regimentais. Vou fazer a chamada.

(O Sr. Presidente procede à chamada de verificação de quórum da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum.

(O Sr. Presidente procede à chamada de verificação de quórum da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum.

(O Sr. Presidente procede à chamada de verificação de quórum da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

(Continuação da chamada nominal.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há quórum.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente precede a chamada nominal no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há quórum.

Em votação o parecer do relator. Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para discutir o Projeto de Lei nº 22.771/2018, de procedência do Poder Executivo, primeiro orador inscrito, deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 20 minutos.

Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, deputado representante do Baixo Sul, deputado Hildécio Meireles, que, juntamente com o deputado Rosenberg Pinto, lidera aquela região em número de votos e representatividade política.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr.^{as} Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, gostaria de solicitar do presidente, deputado Alex Lima, que neste momento preside a sessão, que providencie a sopa, porque já tem algum tempo que não fazemos obstrução, e, pelo que me parece, nós vamos adentrar às altas horas da noite. Por isso, solicito de V. Ex.^a que tome essa providência.

Mas, em relação ao projeto de Lei 22.771/2018, projeto de lei do governo do estado da Bahia que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira autorizada a operar no país e dá outras providências, ao ler, deputado Heber Santana, a ementa desse projeto de lei, rapidamente a gente verifica que ele contém vários vícios.

Vou repetir aqui, de forma pausada, para V. Ex.^a, se quiser, nos ajudar. (Lê) *“Projeto de Lei nº 22.771/2018. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira autorizada a operar no país, e dá outras providências.”*

O que é que custava, até para boa prática da técnica legislativa, o Poder Executivo colocar aqui que vai contratar operação de crédito com tal instituição financeira ou com tais, e tais, e tais, e tais instituições financeiras?

Ora, um absurdo isso aqui. Começa pela ementa: um vício que eu considero insanável. Se esta Casa tivesse altivez, certamente não estaria votando este projeto de lei sob o regime de urgência, certamente não estaria. Mas, infelizmente, é como aqui foi falado pelo Líder da Oposição, deputado Luciano Ribeiro, que tão bem, de forma cristalina, colocou aqui para todos nós a forma autoritária que o governo do PT, na

Bahia, tem tratado este Poder Legislativo. Aliás, os deputados da Base do Governo têm um discurso para fora da Bahia e têm outro discurso para a Bahia. Parece até que... Não, de fato nós vivemos na propaganda do governo da Bahia, porque é o governo mais democrático, é o governo mais transparente, é o governo que mais trabalha.

Ainda há pouco, ouvi e vi aqui o deputado Bira Corôa falar algo, me parece que se referindo a obras em Salvador. O governo da encosta: encosta no orçamento do governo federal, encosta no orçamento do governo federal. Logo em seguida, o deputado Bira Corôa falava da obra do metrô, do sistema metroviário, que, para quem não percebeu ainda, não se trata só do trilho e nem do trem. Trata-se das passarelas, trata-se dos viadutos, trata-se de algumas avenidas perpendiculares que cortam o percurso da Paralela por onde passa o metrô. Tudo isso é a composição do sistema metroviário de Salvador. E esse sistema metroviário de Salvador, deputado Bira Corôa, é praticamente totalmente financiado pelo orçamento do governo da União. Cerca de 80% dos recursos dessa obra do sistema metroviário é proveniente do orçamento da União. E não tem nenhum problema, deputado Bira. É legítimo, é um governo ajudando, é uma esfera de governo ajudando a outra esfera de governo. Não vejo nenhum problema. O único problema que eu vejo é que o governo do PT na Bahia esconde esse detalhe. O governo do PT na Bahia esconde que é auxiliado pelo governo que eles chamam de golpista. E veja, deputado Gika, quantos deputados na Bahia são aliados do governo da Bahia e ao mesmo tempo aliados do governo federal?

Eu ouvi aqui também, se não me engano, a deputada Fabíola Mansur falando sobre os problemas de saúde, falando da regulação, falando de medidas impopulares que esse governo federal tem adotado na saúde. E falava do ex-ministro da Saúde, esqueço o nome dele agora, me foge o nome dele, mas um ministro indicado e deputado pelo Partido Progressista, partido que faz parte da Base do Governo da Bahia. Em Brasília, ele faz parte do governo federal, ao qual o governo da Bahia se diz contrário, mas tem sido mais beneficiado até do que quando tinha um governo de uma aliada, como era a presidenta Dilma Rousseff.

Mas, voltando aqui ao assunto que me traz à tribuna para discutir, que é o projeto de lei que autoriza mais um financiamento para o governo do estado, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, eu gostaria de fazer uma pergunta a V.Ex.^{as}: quem sabe, presidente, qual foi o volume de recursos que esta Casa Legislativa, nos últimos anos, já autorizou para o Poder Legislativo? Quase R\$ 22 bilhões. Quase R\$ 22 bilhões. E eu vou insistir perguntando a algum deputado ou a alguma deputada se sabe onde foi aplicado um centavo apenas desses quase R\$ 22 bilhões que esta Casa já autorizou para o Poder Executivo. Ainda que com os vícios, ainda que com as falhas técnicas pertinentes à legislação brasileira, ainda assim, aprovados de forma açodada, aprovados de forma atropelada, aprovados de forma autoritária pela maioria dos deputados desta Casa. Assim tem sido o nosso cotidiano, assim tem sido o comportamento do Poder Executivo da Bahia com relação ao Poder Legislativo do qual nós, deputado Gika, fazemos parte.

Aqui mais cedo tive oportunidade de me referir ao comportamento do governador com relação às emendas. O governador se dá ao luxo, se dá à proeza, se dá à liberdade de entregar ambulância, objeto de emenda parlamentar, a pré-candidato a deputado estadual. Imaginem os senhores! Isso me cheira a improbidade administrativa. Isso me cheira a autoconfiança, a autoritarismo. Aliás, a história política do Brasil, e até da Bahia, nos ensina que esse excesso de confiança, esse excesso de autoritarismo, esse excesso de fictícia autonomia política e administrativa tem levado muitos à derrota.

Portanto, Srs. Deputados, Sr.^{as}. Deputadas, sobretudo os senhores que fazem parte da Base do Governo, é bom alertar o Sr. Governador. É bom alertar o Sr. Governador. Eu vi aqui ainda, se não me engano, o deputado Bira Corôa, no seu belo pronunciamento, mais cedo, falando como se não precisasse mais ter eleição na Bahia este ano. Deputado Bira, isso me cheira, e repito aqui, a autoconfiança; isso me cheira a autoritarismo; me cheira a soberba até, me cheira a soberba. E repito: já vimos, na história do Brasil, já vimos, na história da Bahia, essa autoconfiança, essa “autosoberba” levar muitos líderes políticos, e até governantes que eram tidos como imbatíveis, a sofrerem derrotas fragorosas nas eleições. Portanto, aqui, há pouco, conversava com outro colega deputado, analisando exatamente o risco que se corre na Bahia com essa pré-autoproclamação de resultado de eleição que ainda não houve. E repito aqui: esse tem sido o comportamento desse governo do PT ao longo dos 8 anos do ex-governador da Bahia, e assim tem sido também, repetidamente, ao longo desses quase 3 anos e meio do atual governo.

A maioria, a grande maioria dos projetos de lei de iniciativa do governo do estado tem sido votada nesta Casa sob o regime de urgência. A nós deputados não é dado o direito de exercermos, de exercitarmos a nossa prerrogativa de deputados de discutir e debater nas comissões os projetos de lei que não são e não podem ser considerados como de propriedade do governador, de propriedade do Poder Executivo. Nós entendemos que são matérias de interesse da população da Bahia, e por isso teria que sofrer a análise apurada desta Casa, sobretudo nas comissões temáticas, que aqui são compostas exatamente com esta finalidade, a de discutir, de debater, e até de melhorar os projetos de lei que por aqui passam.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos aqui manifestar o nosso protesto ao fato de um projeto de lei que trata de operação de crédito com instituições financeiras solicitado pelo poder público, pelo Poder Executivo do estado da Bahia ser feito desta forma, como está aqui neste papel.

Ademais, meu caro deputado Heber, eu gostaria de fazer aqui uma reflexão. Em geral, nós temos visto o poder público, o Poder Executivo, seja municipal, seja estadual, ou até federal, solicitar financiamento, solicitar crédito, solicitar empréstimo para investimento. Para investimento. E não para custeio. E não para pagamento de despesa, como é o que se trata aqui, neste Projeto de Lei nº 22.771, meu caro deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a que há pouco, mais cedo, se referiu a esse projeto de lei como se tratasse de investimentos, e não é. Se trata de crédito para pagamento de despesa.

E na minha modesta avaliação, isso quer dizer exatamente, minha nobre deputada Luiza Maia – V.Ex.^a que vai ocupar um cargo de secretária no governo do estado, talvez esteja indo num momento ruim, porque isso aqui me cheira a quebradeira. Isso aqui me cheira a falta de condições financeiras e orçamentária, ou melhor, financeiras do governo da Bahia.

O caixa do governo da Bahia está quebrando. Aliás, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, eu tenho informações, e é preciso que o nosso presidente nos traga esse esclarecimento, nós temos informações que o governo está se dando ao luxo de atrasar os repasses desta Casa.

Portanto, isso comprova, isso comprova, meu caro deputado Gika, a falta de saúde financeira do governo do estado. Aliás, ao contrário do que é proclamado pelo governo, ao contrário – e aí, parafraseando os deputados do governo, sobretudo os deputados do PT, não só na Bahia como em todo o Brasil, quando eles tratam da grande mídia, quando eles se referem à grande mídia a nível nacional. Aqui, eu vou me referir à grande mídia da Bahia que não prolifera essas informações.

O governo da Bahia não possui esta tão cantada saúde financeira, como aqui repete o nobre secretário da Fazenda, que, aliás, eu o tenho como um, talvez o melhor do quadro deste governo, mas ele insiste em vir aqui nas suas apresentações trimestrais falar da saúde financeira do estado e até da capacidade de o governo da Bahia em se endividar, claro e evidente, quando a contabilidade do governo é maquiada. É maquiada com a rubrica dos famosos DEAs, as Despesas de Exercícios Anteriores, que são empurradas para o exercício seguinte, apenas com o intuito de maquiar a contabilidade da Bahia, para criar um fictício *superávit* primário exatamente para possibilitar o endividamento do governo do Estado. É isso que nós estamos assistindo.

Mas a gente tem que reconhecer uma coisa, meu nobre deputado Bira Corôa, vocês têm uma capacidade imensa, imensa, de transformar plástico em isopor. Vocês têm uma capacidade imensa de transformar o que é ruim no que é bom.

E eu trago aqui, deputado Zé Raimundo, algumas lembranças: a construção da ponte Salvador-Itaparica.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Está saindo.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Está saindo. A eleição está chegando e vai passar. Me parece que a licitação agora já vai ser depois da eleição.

Eu me lembro aqui da duplicação da BR-415. O governo da Bahia, o governo da Bahia, deputado Zé Neto, – eu vou pedir para aumentar o meu tempo – o governo da Bahia se deslocou de Salvador para Ilhéus, Itabuna, com uma grande estrutura, levou a grande mídia baiana, levou todos os secretários de Estado para chegar lá e autorizar o secretário de Infraestrutura a assinar um convênio, se fosse o caso, para duplicar a BR-415, obra que começaria em dezembro! Até hoje não começou.

Tem sido assim com a Fiol. E eu desafiei aqui, há pouco tempo, que um deputado da base do governo me trouxesse cinco, apenas cinco grandes obras na Bahia, apenas cinco grandes obras na Bahia! e que duas delas, e que duas delas,

fossem com recursos próprios, fossem obras que não tivessem recursos originários do Orçamento da União.

Portanto, o que a gente tem visto aqui na Bahia, e aí eu quero concluir, meu nobre deputado Zé Raimundo, de fato, na Bahia, estamos morando na propaganda do governo.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- “Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das sessões, 24 de abril de 2018. Deputado Zé Neto.”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para discutir, pelo tempo de 20 minutos, deputado Soldado Prisco. (Pausa) Não estando presente o deputado Soldado Prisco, chamo o próximo orador, deputado Heber Santana, para discutir pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, mais uma vez, amigos, amigas que nos assistem através da *TV Assembleia* e que têm a oportunidade de cumprir o seu papel também como cidadão, observando os acontecimentos desta Casa devido às importantes decisões que aqui são tomadas, apesar de muitas vezes, pelo comportamento, seja do chefe do Executivo, seja dos nossos queridos colegas da Bancada do Governo, não parecer que as decisões tenham um impacto tão grande, como de fato têm, uma como essa: contratação de um empréstimo no valor de R\$ 1 bilhão. Um processo que chega a esta Casa, como muito bem disse o deputado Hildécio Meireles, que, já na sua ementa, traz a reflexão que nós devemos ter sobre a falta de transparência do mesmo, e gera uma série de interrogações e preocupações sobre ele.

Além do mais, chega a esta Casa com esse pedido de tramitação em urgência, não dando aos deputados estaduais da nossa querida Bahia a condição de cumprir o seu papel constitucional de fiscalizar o Executivo, fazendo com que o processo passasse pelas comissões no tempo correto, adequado para que os deputados pudessem se inteirar melhor sobre o assunto, compreender melhor, trazerem contribuições.

Mas, muitas vezes, na busca de agradar o governo, os deputados que são maioria, e compõem e colaboram com o governo do PT, não param para fazer esse tipo de reflexão e pensar nas consequências de seus atos.

Eu tenho falado muito aqui sobre o momento político que vive o nosso país, e a necessidade que nós temos de termos aqui comportamentos que são simbólicos na busca, na expectativa que temos que ter de reencontrar um caminho para este país. E o que se perdeu entre aqueles que fazem política, que ocupam cargos eletivos e a sociedade, foi a confiança, deputado Fábio. O cidadão perdeu a confiança no político,

naquele que ocupa o espaço político, seja fazendo a política partidária, seja ocupando um cargo eletivo.

E se nós queremos resgatar essa confiança, a transparência é fundamental para que o cidadão se sinta mais confortável, mais seguro em relação às decisões que aqui são tomadas e que gradativamente vá recuperando e resgatando a esperança de que estaremos aqui tomando decisões que sejam melhor para o povo, não apenas melhor para um governo ou para um projeto político de poder.

A Oposição nesta Casa cumpre o seu papel quando apresenta numa emenda, procurando suprimir o art. 1º desse projeto, que traz nele, justamente, o que está descrito também na sua ementa, que é a possibilidade do empréstimo de 1 bilhão, mas sem prestar as informações que sejam as resoluções do Ministério da Fazenda, sejam a Lei de Responsabilidade Fiscal que determinam para esse tipo de procedimento. Não trazendo, como eu disse, a segurança, inclusive para nós deputados, mesmo reconhecendo que a dívida é para ser pago. Ou seja, se existe uma dívida por parte do governo do estado, se existe uns precatórios, é claro que temos todo o interesse, desde que essas dívidas sejam justas, que elas sejam honradas.

Até mesmo a legislação orienta como deve ser feito esse tipo de pagamento. Por exemplo, não pode ser contratado um banco estadual para esse tipo de procedimento. Mas não pode ser contratado bancos nacionais desde que o tipo de pagamento seja para pagar precatórios de pensionistas. E a falta dessa informação na elaboração da lei no envio da proposta do Executivo para esta Casa, nos impede de analisar se este procedimento equivocado estaria ou não sendo realizado.

Nós temos que dar um voto de confiança a um governo que não merece essa confiança! Nós temos que dar em cheque em branco a um governo que não merece essa confiança! Um governo que está estruturado em cima de um projeto e um poder político de um partido, que já demonstrou quais são as suas reais intenções, que já deixou claro para todo o Brasil o que é que eles fazem quando estão no governo.

Ora, eu não quero fazer aqui nenhuma condenação prévia ao governador Rui Costa, do PT, mas há de se pensar e de se analisar que ele tem hoje a obrigação de mostrar que ele é diferente dos outros, e atuando dessa forma ele mostra que não é. Porque aquele que deseja caminhar na direção correta age com transparência. Aquele que deseja e compreende como eu disse inicialmente o atual momento político do nosso país, age com a consciência de que precisa através dos seus atos resgatar essa esperança e essa confiança sobre o poder político do nosso país, sobre o poder político do nosso estado.

Isso nos traz grande preocupação, isso nos traz uma grande apreensão sobre os rumos que estão se tomando, se nós formos analisar que estamos a poucos meses da eleição, onde será disputado justamente um cargo que ele ocupa, a possibilidade de uma renovação na ocupação do governo do estado e aí quero concordar, deputado Hildécio, com o que V. Ex.^a aqui expressou, essa euforia que tomou conta por parte da bancada do governo de que o jogo já está ganho, a gente já teve a possibilidade de observar isso em muitos campos, seja no campo do esporte onde a competição é mais... possibilita esse tipo de ação, aquele time inferior, aquela equipe inferior sair vencedora de um confronto em que não se imaginava, seja no campo da política. E,

V. Ex.^{as} bem sabem disso porque por duas vezes lançaram o nome, candidato ao governo do estado, começaram muito mal e ganharam a eleição. É claro que os tempos são outros, é claro que hoje tem a “Operação Lava Jato”, desmontou muita coisa mas, ainda assim, ganharam a eleição. V. Ex.^{as} sabem então da possibilidade real, até porque o sentimento do baiano, da cidadã baiana é o sentimento de renovação, as pessoas estão cansadas dessa velha política.

Ainda que como eu disse anteriormente, o melhor secretário que esse governo tem é o secretário de comunicação André Curvelo. Ele conseguiu criar uma imagem desse governo, ele conseguiu criar uma imagem do governador que só no campo da propaganda é possível, que só no campo da publicidade é possível, de um governador...

(A deputada Luiza Maia Lula fala fora do microfone)

É quase, deputada, é quase, é quase, é ilusionista, não mágico, já que V. Ex.^a está dizendo que é mágico. É um Mister M, mas um dia a máscara cai e Mister M está sendo intimado como os outros mágicos também por conta inclusive de prejuízos a demonstrar como é que eles fizeram essa mágica e a “Operação Lava Jato” está aí, fazendo com que os mágicos tenham que mostrar o seu rosto e dizer como é que fizeram para conseguir essas mágicas, como é que fizeram a mágica de ganhar a eleição presidencial, como é que fizeram a mágica de ganhar as eleições nos estados, essa mágica eu acredito que um dia será descoberta e o povo da Bahia está atento a isso, o povo da Bahia hoje está mais curioso para saber como é que funciona, como é que esse voto aparece na urna, como é que é esse processo de convencimento do cidadão, o povo da Bahia está mais ansioso por essas respostas e está ansioso também por um projeto que não seja um projeto de poder.

Essa é a grande preocupação que nós temos, essa a grande falha, o grande crime que o governo do PT cometeu. E eu falo muito dessa palavra pela importância que ela tem, foi roubada do cidadão brasileiro a esperança. Porque muitos acreditavam no governo do PT. Quantos de nós não estamos observando o crescimento de Bolsonaro? O que Bolsonaro representa. Grupos que se juntam e financiam a aplicação de um *outdoor*, pagando do próprio bolso, comprando e fazendo camisas. Hoje, o que não existia antes, atuando nas redes sociais. Ora, se nós voltarmos no tempo, mesmo eu que sou jovem, sei disso, era ou não era assim com Lula? Era ou não era assim com o PT? As pessoas tiravam dinheiro do bolso, compravam as bandeiras, pagavam se precisassem pelo adesivo para fazer a camisa, lutavam arduamente, imaginando que quando o PT tivesse a oportunidade de chegar ao governo, esta Nação seria diferente.

Aí, muitas vezes eu observo alguém falar da transformação social que o governo do PT causou. Primeiro, é claro e evidente que aquilo que é positivo para o povo tem o nosso apoio. Mas é claro e evidente também que não se pode justificar os meios pelos fins. Não se pode tentar criar com a população uma relação de dependência que dificulte o entendimento e a percepção da realidade em razão de apenas um projeto político. E mais ainda, deputado Hildécio, você não pode... de repente, você está andando na rua, o sujeito lá - para não estar desejando mal a ninguém - um meliante te para, rouba seu carro, mas diz o seguinte “Olha, eu vou

roubar seu carro, mas eu vou lhe dar um carona; vou te levar até ali e vou deixar ali.” Eu não posso dizer que esse ladrão, apenas porque me deu carona, é o melhor motorista, ou o melhor condutor, ou a melhor pessoa que eu possa ter no mundo. Ele é ladrão, ele roubou o carro.

Então eu não posso, em cima dos atos equivocados, dos atos que o governo do PT cometeu, querer justificar, até mesmo boas ações que foram realizadas, usurpando do brasileiro a esperança, usurpando do brasileiro a expectativa de um governo justo que mudasse a realidade de vida das pessoas. Usurpando dos brasileiros os recursos financeiros. Quantos não morrem hoje nos hospitais públicos? Quantos não sofrem por isso?

Um dos momentos que mais me marcam é quando chega o período em comemoração ao Dia da Mulher, porque a mulher sofre um problema que poderia ser inicialmente simples, mas que acaba se tornando fatal, que é o câncer de mama. Quando chega outubro, toda aquela preocupação, campanhas, Outubro Rosa. O Outubro Rosa inclusive é inspiração para outros meses que passaram a ter cor – Setembro Amarelo, que combate o suicídio, Novembro Azul, que combate o câncer de próstata. E o Outubro Rosa tem essa expectativa. Mas quando as mulheres vão procurar fazer os seus exames, elas não encontram esse amparo, elas não têm os hospitais funcionando adequadamente, os médicos não cumprem regularmente seus plantões, os equipamentos não funcionam. E, infelizmente, com tudo que tem sido feito, com toda divulgação, com toda campanha do Outubro Azul, as mulheres continuam morrendo de câncer de mama. E esse é o fato do Outubro Rosa, é verdade.

As mulheres continuam morrendo de câncer de mama. E esse é o fato e por que morrem de câncer de mama? Porque o dinheiro que poderia ser utilizado para equipar melhor, para estruturar melhor, para resolver o problema que, como eu disse inicialmente, poderia ser simples. Mas, depois se torna fatal, foi utilizado em outros mecanismos.

É inadmissível. Inadmissível que, dentro dessa Operação Lava Jato, e aí a população está mais atenta e mais informada, quando aparece o mecanismo lá na *Netflix*, ô meu amigo, foi uma revolução. O *Netflix* mostrando como funcionava isso, como aconteceu todo esse processo através dessa série O Mecanismo, aí a *Netflix* foi chamada de golpista, a série era golpista.

Mas, o que chama a atenção é que as pessoas estão vendo. O filme que saiu falando da Polícia Federal, da Operação Lava Jato, as pessoas estão vendo e note, deputado Rosemberg, minha intenção aqui não é desconstruir a história de um partido, o Partido dos Trabalhadores, partido que V.Ex.^a faz parte. Mas, a minha pretensão aqui é nos chamar à reflexão da necessidade que nós temos, seja em qual partidos nós tivermos, de mudarmos a nossa postura, de mudarmos as nossas ações. De entendermos que, para além de nós, e eu, como um dos deputados mais jovens desta Casa, mas que passarei, tanto como deputado, como dessa vida, eu tenho que entender que depois de mim vêm minhas filhas. Depois das minhas filhas, vêm meus netos, minhas netas e eu preciso colaborar para que esse país reencontre seu caminho.

Eu não posso fingir que não está acontecendo nada. Eu não posso fechar os olhos e imaginar que vou continuar fazendo as mesmas coisas do mesmo jeito, que

isso não vai trazer impacto nenhum. Nesse sentido é que vem a nossa crítica, como eu disse. É claro que precatórios são para serem pagos. Mas, um projeto como esse precisas chegar aqui, respaldado, cumprindo todas as suas obrigações constitucionais, todas as suas obrigações legais com transparência porque, são em momentos como esse que a população vai olhar para nós e vai dizer: “está mudando”, “está mudando”.

As pessoas estão olhando diferente, e é possível nós acreditarmos que num futuro, ainda que não imediato, as coisas vão melhorar. Infelizmente, as pessoas não pensam, nos olham da pior maneira possível, nos veem...e eu já sofri isso desde criança, porque meu pai teve atuação política e sei que hoje está muito pior.

Eu me preocupo como minha filha vai se relacionar na escola, como os colegas dela vão tratar ela, porque as pessoas olham para nós, que estamos atuando politicamente, e vêm da pior forma possível. E se nós continuarmos fazendo tudo do mesmo jeito, não vai mudar nada. Não adianta repetir as ações e esperar um resultado diferente. Se nós queremos resultado diferente, precisamos ter ações diferentes, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Meu querido deputado Heber, primeiro, eu quero dizer que com relação a esse projeto, é lógico que eu não acatei a emenda da Bancada de Oposição, mas fiz uma emenda que certamente, ela amplia muito na mesma linha da emenda proposta pela Bancada da Oposição. Com essa emenda, coloquei as condições de transparência que a emenda de V. Ex.^{as} propunha, vinculando as condições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ela cumpre todo o trâmite constitucional.

Mas eu quero me referir aqui, deputado Heber – quero debater esse tema com V. Ex.^a numa outra oportunidade –, a este momento que estamos vivendo no país. Também concordo que nós não podemos continuar com a política rebaixada da forma que está. E não tem nenhum partido político no Brasil que possa assumir a posição do mais honesto, do mais corrupto ou menos corrupto, certo? Nós temos gente boa em todos os partidos, como temos gente ruim em todos os partidos.

Agora, nós precisamos evitar que a política seja criminalizada da forma que está, quando todos são colocados no mesmo patamar. É isso que a grande mídia tem falado, dentro dos interesses de uma elite que não permite que se torne realidade o que V. Ex.^a está colocando aqui. Olhe o exemplo do Paraguai nesse final de semana. Vimos lá um retrocesso, com a volta da concepção da antiga ditadura.

Com todo o respeito à candidatura do Bolsonaro, mas, na minha opinião, ela é um pouco isso. E há um interesse internacional por essa candidatura, interesse esse que tem financiado essa juventude a se manifestar.

O Sr. HEBER SANTANA:- Deputado Rosemberg, V. Ex.^a tem todo o meu respeito. E vejo, sem nenhuma demagogia, na postura de V. Ex.^a, como membro do PT, uma atitude muito semelhante àquilo que tenho colocado aqui, ou seja, sempre procurando uma posição mais equilibrada. Mas o nosso desejo é que debates como esse possam contribuir, como eu disse, para que a gente possa ter um futuro melhor em nosso país.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Alan Sanches, pelo tempo de 20 minutos. (Pausa) Não estando presente, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sidelvan Nóbrega, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, solicito à Mesa a cópia do projeto para que eu possa discutir. (Pausa)

Obrigado, deputado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados aqui presentes, neste início de noite...

(A deputada Luiza Maia fala concomitantemente ao orador.)

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Deputada, ainda é cedo, 7h11min.

(...) nós estamos aqui a discutir, mais uma vez, um projeto de lei que autoriza o governo do estado... Independentemente de ser o governador Rui Costa ou quem quer que esteja no governo, deputado Hildécio, nós deputados estamos delegando ao governo do estado um cheque em branco. E o parecer do nobre colega deputado Rosemberg Pinto rejeita uma emenda da Oposição com a qual pedimos para que o governo do estado nos diga em que momento ele vai investir esse empréstimo de R\$ 1 bilhão.

Diz aqui: *“Será destinado ao pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”, conforme registra a Mensagem Governamental”*.

Ora, senhoras e senhores, nós estamos deixando para o governo do estado – que já é o Poder Executivo – a tarefa de legislar, deputado Fábio. O governo do estado ocupa hoje os dois Poderes, porque quando um projeto desse vem a esta Casa para ser votado em regime de urgência, nós estamos deixando de legislar, passando essa função para o Poder Executivo. Lembrando que esta Casa, durante todos os 3 anos do governo que aí está, do PT, não resolveu o problema de segurança do nosso estado.

Nós temos hoje, em todas as cidades da Bahia, os bandidos cercando a população, dizendo a hora que a ela tem de entrar em casa e a hora que tem de sair.

Por outro lado, nós temos vários casos – e recebemos isso todos os dias no nosso gabinete – de pessoas desesperadas porque os seus familiares, deputado Hildécio, foram colocados numa tal Regulação. O governo não computa, não põe nos seus dados, mas várias e várias pessoas têm falecido nos hospitais, nas UPAs, Bahia afora, quando elas são colocadas nessa tal Regulação. Nessa Regulação, são os próprios médicos que dizem quem vai viver e quem vai morrer!

E quando esta Casa tem a oportunidade de legislar, de perguntar ao governador do estado onde esse dinheiro será investido, os deputados de governo rejeitam uma emenda como essa.

O deputado Prisco, que tem andado pela Bahia, que defende, junto conosco, a segurança pública no estado, tem trazido várias e várias denúncias, mas o governador do estado simplesmente não toma nenhuma providência.

E nós ficamos aqui, com uma voz que ecoa pela Bahia, dizendo que tem alguma coisa errada. Os deputados da Oposição dizem, quando sobem a esta tribuna, que tem alguma coisa errada com esse governo; mas os deputados governistas, que hoje são maioria, estão dizendo que não tem nada de errado. Porque no governo que está na propaganda está tudo bem, é o governo que não tem nenhuma falha, é, como eles dizem, o governo de “Correria”. Mas esse governo corre para lá, corre para cá, corre não sei para onde, e não resolve o problema de segurança pública do nosso estado.

Agora há pouco estava lendo uma reportagem em que os servidores públicos estão reivindicando aumento, pois estão sem reajuste salarial desde 2016 – desde 2016 os servidores públicos do estado da Bahia não têm aumento! E a gente não vê nenhuma manifestação, nesta Casa, de nenhum deputado ligado aos professores, ligado aos sindicatos, ligado aos servidores públicos. Muitos deles foram eleitos por esses servidores, por essas categorias, e hoje, aqui, não sobem a esta tribuna para não terem de falar, de dizer o que está acontecendo por esta Bahia afora.

Nós precisamos dizer ao povo da Bahia que esse governo, que, certamente, está agora comemorando e dizendo que já está tudo resolvido, que a vitória é certa... Ora, nós já vimos esse filme, deputado Prisco, do já ganhou, que está tudo resolvido, que agora o Rui “Correria” pode tirar o pé do acelerador, pois já ganhou. Mas a gente sabe que, na política, tudo muda da noite para o dia.

Mas eu quero dar um aparte ao deputado Prisco. E quero, Prisco, parabenizá-lo por estarmos juntos no PSC, Partido Social Cristão, enfileirados aí, também, pelo deputado Hildécio e pelo deputado Heber, para falarmos para esta Bahia o que é esse governo do PT. Quero dar um aparte a V. Ex.^a e, depois, darei um aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Soldado Prisco:- Meu nobre amigo deputado Sidelvan Nóbrega, fico muito feliz por estar nas mesmas fileiras, no mesmo partido de V. Ex.^a, um deputado combativo. Estamos juntos no PSC com mais dois colegas, e não tenho dúvida nenhuma de que o partido e a Bahia ganharam com isso. E aqui parabenizo V. Ex.^a, também, por essa escolha e por estarmos caminhando juntos. Há um certo tempo já vínhamos nessa conversa para estarmos juntos num partido. Graças a Deus, isso ocorreu no momento certo, no momento de Deus.

Eu quero parabenizar V. Ex.^a e todos os deputados de oposição que falaram. E lembro aqui o que disse o companheiro Hildécio Meireles, que muito bem – V. Ex.^a também tocou nesse assunto, como também o deputado Heber – se referiu à fábrica de sonhos que esse Partido dos Trabalhadores quer vender à população da Bahia.

A Ponte Salvador-Itaparica mesmo, o ex-governador Wagner inaugurou duas vezes. O governador atual já inaugurou umas três vezes. Foi para China, voltou e disse que não era mais ponte, era um túnel. E agora não é mais um túnel, é outra ponte. A licitação vai sair, não vai sair. Pagou 40 milhões a uma empresa para ver os impactos ambientais, e para onde foi esse dinheiro? Agora a eleição está chegando e essa ponte – como no governo anterior – “vai sair”.

Como também a BR-415, como o Estaleiro Maragogipe e como muitas outras obras que esse governo... É um verdadeiro vendedor de sonhos, é a fábrica da mentira e do estelionato eleitoral. Se comprarmos muito óleo de peroba, não sei se vai servir para a cara desse governo diante de tanta mentira e de tanta enganação. Gasta uma fortuna em propaganda, em *outdoor*, em mídia, infelizmente calando parte da mídia, e o povo da Bahia vivendo nessa ilusão. E agora acha que a eleição está ganha, no oba-oba. Vamos aguardar o caminhar. Tenho certeza de que o povo da Bahia, no dia 7 de outubro, vai dar a resposta a essa mentira, a essa enganação, porque a maquiagem cai. E o povo da Bahia vai ver essa maquiagem cair.

Lá na minha região, Santo Antônio de Jesus, a BA-026, meu amigo Arimateia, foi uma promessa do governador em junho de 2015, quando ele disse que em 6 meses tinha uma licitação e a estrada estaria pronta. Até hoje a população de Santo Antônio de Jesus está lá sofrendo, vendo aquela estrada – que cobre praticamente cinco cidades – acabada, destruída.

Todas são, praticamente, cidades da base do governador do estado. É mais uma mentira e mais uma enganação dele. Agora, pertinho da eleição, mais uma vez o governador foi lá e disse que essa estrada já vai sair. Aquele povo vem sofrendo há 12 anos, e essa estrada não saiu. E agora mais essa mentira desse governo, que só faz mentir e enganar a população.

Lá em Várzea Nova vemos o deserto da 144 – estrada que liga Morro do Chapéu a Jacobina –, que está acabada. Este governo esteve lá agora, recentemente, e falou que em 30 dias começava. Já se passaram quase 90 e a população de Várzea Nova está aguardando essa tal promessa, esse tal pinóquio aparecer lá de novo para mentir e enganar a população mais uma vez.

Então parabéns à Bancada da Oposição, que continua firme e combativa nesta Casa, comprometida com o povo da Bahia. É isso o que o povo da Bahia quer dessa bancada. Parabéns, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Obrigado, deputado Prisco. Incorporo o aparte de V. Ex.^a.

Quero dizer que quando a gente passa pelas estradas e observa os *outdoors*, a gente fica até feliz de ver que aquela Bahia maravilhosa está ali. Vai fazer isso, vai fazer aquilo, mas, na realidade, é o governador que vai aos municípios e faz lá o seu palanque. É apenas o governador que assina a ordem de serviço e, na verdade, deputado Pablo, não sai absolutamente nada! É tudo para o próximo governo.

Ele vem há 1 ano – 1 ano! –, visitando a Bahia, gastando o dinheiro público, fazendo o seu palanque político e assinando papel de obra que, infelizmente, não sai.

Mas eu quero dar um aparte a V. Ex.^a, deputado Pablo Barrozo, parlamentar atuante da Região Oeste.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Sidelvan, eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu compromisso e comprometimento com a verdade em nosso estado.

Serei breve, mas, aproveitando a presença do vereador Laan, de Santa Rita de Cássia, a quem saúdo, queria relatar um fato que ele é testemunha. Refiro-me à cobrança daquele município e dos municípios de Buritirama e Mansidão do

recapeamento prometido desde a primeira campanha do ex-governador Jaques Wagner.

Vem sendo assim desde a sua primeira campanha, em 2006. Depois tivemos a campanha para prefeito; em seguida, novamente a campanha para governador – da reeleição; mais uma campanha para prefeito; e a campanha para o atual governador. Sempre eles prometem o recapeamento da BA-351, mas, pasmem, até hoje não se fez nada. E eles ainda vão lá, este ano, prometer novamente e fazer campanha. Só que a população acordou e não vai votar neste governo, que faz as promessas antes da eleição, que assina ordens de serviço antes da eleição, que faz muita propaganda e pouco realiza.

Portanto, eu queria aqui parabenizá-lo pelo seu brilhante discurso. E também parabenizo a intervenção do deputado Prisco, que relatou o que a gente ouve das pessoas. Enquanto alguns pensam que dá para fazer política com a mídia, com propaganda e só com lideranças políticas, nós sabemos que quando a população acorda e vê o que realmente está acontecendo... Nós estamos afundados num mar de violência e de incompetência com a saúde pública dos baianos, então você pode ter certeza de que as urnas irão demonstrar a insatisfação dos baianos com este governo nota 5.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Obrigado, deputado Pablo, incorporo o aparte de V. Ex.^a. Quero dizer que nós estamos...

O Sr. Pablo Barrozo:- Desculpe interrompê-lo, deputado Sidelvan. É que o deputado Eduardo Salles acabou de me dizer que nota 5 está muito; nota 3, 2, 1, vamos dar uma colher de chá.

(Manifestações fora dos microfones.)

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Até a eleição ele deve cair para 1.

Sr. Presidente, eu quero encerrar o meu discurso dizendo que esse parecer do nobre colega Rosemberg Pinto – que não está presente no Plenário, mas deveria estar – recusa a emenda da Oposição, sob o argumento de que o governo do estado possui o *portal Transparência Bahia*, que é o instrumento de consulta e acompanhamento da aplicação dos recursos do estado.

Ora, senhoras e senhores, como diz um amigo meu: me faça uma garapa! O governo do estado não publica absolutamente nada do que interessa aos baianos nesse *portal Transparência Bahia*.

Sr. Presidente, a Oposição está aqui, sim, viva nesta Casa. Nós estamos mostrando aos baianos o desmando do governo do PT. Com isso, certamente nós teremos agora, em outubro, uma resposta para que não venham mais causar tanto dano à nossa Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Verificação de quórum para a continuidade da votação.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a fizesse a chamada regimental, marcando o tempo de 25 minutos, para que pudéssemos dar continuidade à sessão.

Ao convidar os colegas deputados, eu gostaria, muito brevemente, Sr. Presidente, de dizer ao nobre deputado Hildécio Meireles que fiz aquela referência inicial – quando disse que o governador Rui Costa mandou o projeto solicitando o empréstimo de R\$ 1 bilhão porque, com esse dinheiro, teria, naturalmente, um componente de investimento e desenvolvimento – porque é uma rubrica prevista lá ainda nos Atos Adicionais da Constituição Federal, que foi emendada pela PEC 99, de dezembro de 2007, que permitiu atualizar aqueles antigos débitos.

Então, no fundo, no fundo, existe a dívida dos precatórios, e os estados, em vez de colocarem recursos correntes, podem, digamos assim, ter essa permissão para fazer esse tipo de empréstimo, evitando desse modo que prejudiquem investimentos correntes com os seus recursos.

É nesse sentido que há, evidentemente, uma relação estreita com essa decisão do governador Rui Costa de tomar R\$ 1 bilhão para quitar, até 2024, esses precatórios, sem impedir os investimentos que o estado faz nas suas despesas naturais, correntes, com sobras de recursos, que neste momento de crise são cada vez menores.

Por isso que eu me referi... É claro que aqui está muito evidente que se trata de uma natureza específica de empréstimo. Todos os estados brasileiros que tinham essas dívidas desde a Constituição, agora, com a atualização desse dispositivo legal de 2017, podem tomar esse tipo de empréstimo para não bulirem nos seus recursos correntes, Sr. Presidente.

Por isso me referi também a esse conceito de que, mesmo sendo para pagar precatório, tem um propósito de cuidar da economia, do desenvolvimento e da geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a chamasse nominalmente e marcasse os 25 minutos para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Hildécio Meireles, V. Ex.^a pediu verificação de quórum de votação...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula:- Questão de ordem, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- (...) Imagino que V. Ex.^a queira a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Hildécio Meireles:- Para a continuidade da sessão, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Tudo bem. Entendi mal.

Então, vou pedir que conte o tempo regimental e zere o painel. Defiro as questões de ordem dos deputados Hildécio Meireles e Zé Raimundo.

Aproveito a oportunidade para convidar as Sr.^{as} e Srs. Deputados para se fazerem presentes, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, formulada pelo deputado Hildécio Meireles. Gostaria de pedir ao deputado Hildécio Meireles que marcasse presença.

(Pausa)

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Convido os deputados Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika Lopes, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimateia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto, Luciano Ribeiro, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega.

Já há quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Próximo orador.

Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 20 minutos.

Não está presente.

Concedo a palavra ao deputado Marcelino Galo.

Não está presente.

Com a palavra ao deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Zé Raimundo Lula:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Permuta do deputado Luciano Ribeiro com o deputado José de Arimateia, pelo tempo de 20 minutos.

Deputado Luciano, sua voz será sempre ouvida por esta presidência.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começamos esta discussão na tarde, já estamos na noite e podemos pegar o sol com a mão.

Começando a minha fala, Sr. Presidente, vocês que nos assistem através da *TV Assembleia*, eu gostaria que vocês analisassem bem o porquê nós estamos obstruindo esta sessão. Tem uma explicação que vocês precisam saber: Projeto de Lei nº 22.771/2018, do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, com instituição financeira autorizada a operar no país, e dá outras providências. Então, vocês vejam que o projeto, o governo do estado está pedindo, está apresentando um projeto de R\$ 1 bilhão para que esta Casa dê o aval.

Imagine, meu amigo deputado Euclides Fernandes, lá do Rio Grande do Norte. Falar em Rio Grande do Norte, está vindo um nordestino aí que não é filho do Rio Grande do Norte, mas os pais são lá de Caraúbas, é o pai do deputado Flávio Rocha, alias do empresário Flávio Rocha. Já foi deputado federal, conheço a trajetória dele desde o seu primeiro mandato, porque naquela época eu estava lá na cidade de

Alexandria, Pau dos Ferros, aquela região, apesar de que eu morava lá em Alexandria e eu via ele fazendo seus discursos no tempo de Jessé Freire. Jessé Freire que também foi colega dele, deputado Federal. Ele vai estar, inclusive, no dia 03 de maio, aqui em Salvador, para apresentar o seu projeto de governo, aqui na cidade de Salvador. Dia 03 de maio, ele vai estar aqui na capital baiana, vai também na cidade de Feira de Santana para conversar com os empresários e apresentar o seu plano de governo.

Umas das coisas que ele já falou em suas entrevistas é que não vai precisar do dinheiro público para financiar sua campanha. Olha, olha só: não vai precisar, dentro da lei, a lei que determina o financiamento de campanha, ele não vai precisar. O Flávio Rocha que candidato a presidente pelo PRB, presidente da República.

Mas, meu amigo, minha amiga, você que está em casa, eu queria que vocês entendessem bem sobre esse projeto do governo. Nós sabemos que todo o recurso que chega para qualquer gestor é bem-vindo, todo recurso; que seja para o município, que seja para o estado, como é esse aqui. Mas imagine você, imagine, nós estamos vivendo um momento difícil na política do nosso país, onde por conta de várias denúncias que estão sendo investigadas, existem pessoas presas, empresários presos e até ex-presidente da República preso, enquanto não for esclarecido. Por falta de quê? Por conta de quê? De explicações da aplicação dos recursos públicos.

E aí, o governo do estado manda para esta Casa um projeto de lei de mais de R\$ 1 bilhão, sem dizer qual é a fonte – porque vai tomar um empréstimo. Qual é o banco? O que falta... O que é que o governo vai fazer com mais de R\$ 1 bilhão às vésperas de uma campanha eleitoral? Estamos a 6 meses das eleições! Estamos a 6 meses, deputado José Neto, José de Santana Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Escreva.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Pois não.

O Sr. Zé Neto Lula:- Primeiro, não sei se V.Ex.^a leu aí a apresentação do projeto. Nós temos um grave problema no estado com relação aos precatórios, que têm que ser cumpridos. É um problema dos municípios, da União e do estado; e precisamos de operações financeiras, inclusive, buscando dentro do estado situações que possam resolver. O que estamos pedindo é uma autorização para fazer essa movimentação financeira, para tentar essa autorização, até porque, eu volto a dizer a V.Ex.^a, esse dinheiro não sai esse ano mais. É uma autorização para a gente vê se consegue lá para o fim de ano. Antes da eleição, pode ter certeza que, pelo andar da carruagem, não corre esse risco.

Agora, eu quero dizer a V.Ex.^a que esse risco... Eu digo para vocês, porque vocês estão preocupados se vai ter ou não vai ter. Não se preocupe, V.Ex.^a, porque isso é uma autorização, estamos no mês de maio, isso vai ser processado e, daqui para outubro, eu tenho a impressão de que nós não vamos ter ainda chegado, com todo esse aparato administrativo ilegal, para conseguirmos êxito suficiente para fazer com que esses recursos ainda cheguem antes das eleições, porque não é esse o objetivo. O objetivo é cumprir legalmente um problema grave que nós temos no estado, e que vem se agravando mais. Não sei se V.Ex.^a sabe, mas a previdência do nosso estado, quando assumimos o governo, tinha um aporte de 360 milhões, já estamos chegando

a 3,8 bilhões, e isso com o precatório que está sendo exigindo aí por parte do Judiciário, aportes também monumentais para cobrir o pagamento de precatórios.

Então, é mais isso, V.Ex.^a. Não tem nenhum risco de que isso tivesse sido feito para algum proveito. Inclusive, a própria Emenda Constitucional nº 19, de 14 de dezembro, que altera os artigos à disposição constitucionais, ela traz essa imposição, e isso tem que ser cumprido. Inclusive, existe uma mora no pagamento dos precatórios, o Judiciário está obrigando o pagamento, e temos que pagar isso até 2024. O que nós estamos fazendo, sem nenhuma dúvida, é um processo de provisão, esse processo de provisão passa por abertura de crédito e de abertura de possibilidade de operações financeiras que possam fazer jus às necessidades que acontecerão, com relação ao cumprimento desse processo. Inclusive, está aqui na apresentação do projeto. Está tudo bem explicado. Quando V. Ex.^{as} queriam uma situação mais detalhada, era impossível, porque ainda é uma autorização. Portanto, como é autorização, é impossível a gente saber como é que vai ser a operação financeira, qual vai ser a operação, qual vai ser a modalidade e a extensão dos prazos, qual vai ser a entidade financeira. Enfim, tudo isso tem que ser visto, o agente financeiro... Para ver se a gente consegue resolver isso de forma muito transparente, mas é meramente uma autorização legal prevista em lei.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Arimateia, a minha intervenção é apenas para poder aqui contrapor a intervenção do deputado Zé Neto. Deputado Zé Neto, no primeiro momento em que nós tentamos criar no projeto alguma coisa que pudesse melhorar o projeto, ele disse à imprensa que nós estávamos querendo saber a instituição financeira para poder ir lá e barrar o empréstimo, numa atitude extremamente política, e só política.

Mas depois, acho que aconselhado pelos técnicos que compõem o governo, entenderam que a nossa colocação era efetivamente uma colocação responsável, uma colocação que buscava, sobretudo, ajudar a construir o projeto para que facilitasse o governo do estado a encontrar o seu desiderato, que era a questão do empréstimo. Então, provavelmente aconselhado pelos seus técnicos, o relator, que também é do PT, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, fez acrescer uma emenda de relator tentando suprir exatamente aquilo que nós havíamos dito como deficiência do projeto; e o deputado Zé Neto disse que era apenas conversa para poder descobrir o banco, para poder ir lá barrar o empréstimo.

A prova de que a na nossa colocação, da oposição, estava correta...

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Da emenda.

O Sr. Luciano Ribeiro:- (...) e está correta, é a emenda do relator que está agora em mão de V. Ex.^a.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- O.k., deputado. Inclusive a emenda do relator... eu gostaria de ler um pouquinho a respeito da emenda aqui: “Chama a atenção o fato do chefe do Poder Executivo não identificar, no texto legal, o agente financeiro. Ou seja, em qual instituição financeira o contrato de empréstimo será

assinado. O que está em desacordo com o manual para a instrução de pleito para aprovação de operação de crédito junto à Secretaria do Tesouro Nacional...” Inclusive, isso aqui já é uma forma de ser barrado! Já é uma forma! “(...) Diante do Ministério da Fazenda, o referido manual assim orienta com relação à autorização legislativa. A autorização legislativa, que deverá ser enviada fisicamente à Secretaria do Tesouro Nacional, deverá especificar os elementos essenciais de identificação da operação de crédito, tais como: agente financeiro, valor e finalidade da operação, além de outras características que o Poder Legislativo local deseja condicionar”.

Então, deputado José Neto, até agora eu não achei essa informação aqui no projeto que ora nós estamos aqui discutindo. Não existe essa explicação clara. E é isso que a população quer: a transparência! A cada dia que passa o que o povo espera é a transparência!

Eu lembro, voltando aqui à história política lá da minha terra, cidade de 17 mil habitantes, Alexandria, todas as tardes, antes de *A Voz do Brasil* – porque naquela época era às 19h, agora mudou –, às 18h, o prefeito botava *A Voz do Município*, o prefeito da cidade. Tinham várias bocas de difusores espalhados pela cidade. Então, o cidadão ficava nas esquinas ouvindo quem chegou no gabinete do prefeito; quanto entrou em termos de recursos para o município, do próprio município e também algum recurso que vinha do estado para o município; falava quanto a prefeitura, naquele dia, pagou aos credores; quem o prefeito recebeu no seu gabinete de autoridade que seja político ou qualquer cidadão. Então, existia uma transparência. Uma transparência! É isso que a população espera.

Estão subestimando a inteligência do povo baiano! Estão subestimando a Inteligência do povo baiano! O povo baiano é um povo inteligente. Até quando nós vamos poder tolerar esse tipo de política que não esclarece os fatos à população?

É isso que nós estamos vendo aqui neste projeto. Existe apenas sugestões dos Srs. Deputados da Bancada do Governo dizendo como vai ser feito, mas no documento...

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Está inscrito, V. Ex.^a.

(...) no documento, Sr. Presidente, a história é outra. E é isso que precisa ser esclarecido, com transparência. O governo precisa mostrar no documento qual a agência financeira que vai derramar ou receber esse cheque em branco que esta Casa, hoje, está para aprovar.

Nós sabemos que todos os gestores precisam de recursos para cumprir com as suas metas fiscais, para pagar os seus compromissos. Sabemos também que a Bahia está pagando o seu funcionalismo em dia. Isso aí a gente tem que ser sincero! Nós sabemos disso, deputado Rosemberg. Mas a população precisa desse esclarecimento, é uma coisa mais transparente.

É por isso que nós, como deputados da Oposição, temos a obrigação de falar por você, meu amigo que está em casa, que, talvez, gostaria também de falar até o que eu estou falando, e muito mais. Você talvez não possa, mas você sabe que nós estamos aqui falando por você. E eu tenho certeza que, até o final desta sessão, os Senhores Deputados deverão acatar esta emenda da Bancada da Oposição, que é

clara, está fundamentada dentro da lei, dentro da lei! Está aqui, eu não ver ler toda, primeiro, porque o tempo já não dá mais. Mas a emenda está aqui, foi apresentada dentro da legalidade, e esperamos que a Bancada do Governo possa mostrar esse gesto de atenção à população da Bahia, que precisa desse esclarecimento, deputado Bira Corôa. A população precisa ter essa transparência, até mesmo porque nós estamos vendo aí, como tivemos aqui nesta Casa, vários segmentos querendo o aumento do... – Como é que se diz? – o chamamento para as vagas do Ministério Público, da Defensoria. E quando fala com o Líder do Governo, o governo diz que não tem recurso.

Aí, a Assembleia aprova um projeto de R\$ 1 bilhão! Como é que vai ficar a cabeça do cidadão? Porque o governo está com dinheiro, e não quer atender. Por exemplo, a questão da segurança pública. Eu estou aqui com dados, inclusive foi notícia, notícia desses dias, saiu na televisão um levantamento do Ministério da Justiça, mostrou que o Norte e o Nordeste são as regiões que concentram mais mortes por assassinatos. Os números são semelhantes aos dos países em guerra. O Norte e o Nordeste respondem por 52% dos homicídios praticados em todo o país, com 24.328 casos. Já o Sudeste, Centro, Centro-Oeste, Sul, juntos, somam 22.553 casos. A Bahia... Olha só, deputado Zé Neto, se esse recurso fosse para resolver esse problema aqui, aí a conversa seria outra.

A Bahia é o estado que fica em primeiro lugar entre os estados com mais homicídios: são 36 a cada 100 mil habitantes. Em segundo lugar, o Rio de Janeiro com 28 homicídios por cada 100 mil habitantes. Em terceiro lugar, São Paulo com 9,8 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Para fazer uma comparação, no Congo, um país com histórico de guerra civil, a taxa é de 30 homicídios por cada 100 mil habitantes. E na Colômbia, país marcado pelo crime do narcotráfico, soma 33 homicídios nessa mesma escala, representando taxas menores que o próprio estado da Bahia.

Então, aqui está... Meu amigo e minha amiga, vocês que nos assistem, se esse recurso fosse para resolver o problema da violência, podem ter certeza, deputado Ubaldino, deputado Jurandy Oliveira, nós não estaríamos aqui obstruindo, porque saberíamos que os baianos iriam ter segurança, iriam dormir tranquilos, não haveria tantos assaltos – Não é? –, como está acontecendo no nosso estado.

Então, esse cheque em branco que esta Casa vai estar assinando, de 1 bilhão, para onde vai e como vai ser... Qual o banco que o governo do estado vai buscar e para onde vai? Por que não investe para tirar a Bahia dessa vergonha com relação à segurança pública?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Em primeiro, lugar a Bahia... e essa notinha foi de agora. No dia 23 que saiu essa notinha. Inclusive, saíram em rede nacional esses dados! Não são coisas fictícias, são dados que assustam não só ao povo da Bahia e preocupam a todos os baianos.

Então, Sr. Presidente, para concluir,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- (...) mais uma vez nós seremos contra esse tipo de projeto que vem aqui para falar para o povo da Bahia e não mostra para onde vai esse investimento de R\$ 1 bilhão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o próximo orador, deputado Luciano Ribeiro. (Pausa)

Em permuta, com a palavra o deputado Pablo Barrozo, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Colegas deputados e deputadas, presidente, baianos que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*, eu queria aproveitar a discussão desse projeto de empréstimo – mais um empréstimo pedido pelo governo do estado sem dizer para onde irá o dinheiro – pedido a pouco menos de 6 meses de uma eleição estadual. É muita cara desse governo, que pouco faz pelos baianos e muito faz propaganda do que não faz, não é, deputado Nelson?

O Sr. Nelson Leal:- Dê-me um aparte, deputado!

O Sr. PABLO BARROZO:- V. Ex.^a, que é defensor de uma região.

Inclusive, eu estava a conversar com o deputado Jânio Natal, o deputado Toinho e o deputado Nelson, grandes pecuaristas, que, em vez de defender o agronegócio, defende o movimento das invasões patrocinadas pelo dinheiro sujo das invasões da propriedade privada.

O Sr. Nelson Leal:- Dê-me um aparte, deputado!

O Sr. PABLO BARROZO:- Irei conceder. V. Ex.^a está inscrito. Ainda tenho 20 minutos aqui, deputado Nelson. Pode ter certeza que para mim será uma honra ouvir o amigo com quem aprendo sempre.

Mas eu queria tocar em outro projeto que está na pauta do dia, o Projeto de Lei nº 21.766/2016, que trata de um assunto importantíssimo. E aqui eu vejo vários deputados representantes desses municípios: Alan Sanches, Heber, Prisco, Marcell, Maria del Carmen, Bira Corôa e tantos outros, representantes de municípios da Região Metropolitana como Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

Hoje iremos votar esse projeto. Caso a Oposição não consiga obstruir e derrubar a sessão, e estamos obstruindo por motivos já aqui relatados por colegas meus, estaremos a votar um projeto que trata da divisão territorial de todos esses municípios, principalmente dos municípios aqui, municípios da Região Metropolitana.

Mas esse projeto será votado hoje, aqui, por um simples motivo, porque trata da divisão territorial entre os municípios de Salvador e Lauro de Freitas. O projeto foi trazido aqui só por isso. Inclusive, iremos votar um projeto inconstitucional. Qualquer juiz no Supremo Tribunal Federal, passando o olho nesse projeto, deputado

Rosemberg, vai torná-lo nulo, vai conceder qualquer liminar porque é inconstitucional.

Mas nós aqui estamos a analisá-lo, e iremos analisá-lo e julgá-lo porque, infelizmente, há uma pressão enorme do governo do estado para que os limites de Salvador e de Lauro de Freitas sejam revistos só para colocar no município de Lauro de Freitas a estação de transbordo do metrô que é no aeroporto de Salvador, fica ao lado do aeroporto, e não no município de Salvador.

Não se discutiu... O projeto poderia até ser um bom projeto, mas ele não foi discutido. Inclusive, não houve plebiscito nos municípios aqui relatados, e é uma obrigação que seja feito. Não houve acordo entre os municípios, entre os prefeitos dos municípios aqui citados. Infelizmente, e vejo isso com muita tristeza, o nosso presidente, deputado Angelo Coronel, permitiu que esse projeto fosse trazido à pauta.

Se nós fôssemos trazer todos os projetos de divisão territorial que estão aqui, nesta Casa, nas comissões, para o Plenário votar a pauta ficaria trancada por meses e meses. Vamos trazer, então. Vamos tratar Salvador, Lauro de Freitas, a Região Metropolitana e todos os municípios da Bahia com a mesma importância que está sendo dada a esse projeto, só por causa de uma linha de 100, 200 ou 300 metros, sem a consulta à população. E veja que o projeto da divisão territorial entre Salvador e Lauro de Freitas deveria ser, deputado Hildécio, baseado na vontade do seu povo.

Existe, sim, um problema histórico. Muita gente que, hoje, está no município de Salvador se sente do município de Lauro de Freitas. Esse problema existe, mas não foi discutido para ser votado esse projeto, não foi discutido.

Eu ouvi aqui o relato de que até a própria prefeita de Lauro de Freitas é contrária ao projeto do jeito que está. O prefeito de Salvador se colocou a todo instante... Durante 2 ou 3 anos estou a debater essa matéria nesta Casa para se chegar a um denominador comum, para satisfazer à população dos dois municípios.

A região da Quinta Portuguesa, por exemplo, que é de Salvador, pelos relatos, não posso ser injusto, eu soube que a prefeita é contrária a que continue no município de Salvador, mas nesse projeto continua no município de Salvador. Foi o Líder do governo, deputado Zé Neto, que falou que a Quinta Portuguesa está em Salvador e a prefeita de Lauro de Freitas quer que passe para o seu município. E esse projeto não a contempla.

O projeto não foi discutido nem com os prefeitos da própria base desse governo. E nós estaremos, aqui, a votar esse projeto, deputado Alan, deputado Heber, V. Ex.^{as} que têm tantos trabalhos prestados ao município de Salvador, tratando Salvador de uma forma desigual em relação aos outros municípios.

Será que isso está sendo feito porque o prefeito de Salvador faz oposição ao governo do estado? Será que isso está sendo feito às vésperas de um pleito eleitoral para satisfazer a algum prefeito? Será?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Pablo, desculpe interromper V. Ex.^a. O projeto que está em discussão é o projeto do empréstimo.

O Sr. PABLO BARROZO:- O projeto que está em discussão é o projeto do empréstimo. E eu comecei falando sobre ele...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Tudo bem. Desculpe-me, desculpe-me.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, eu gostaria de ter um esclarecimento de V. Ex.^a,...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Vou garantir seu tempo.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) que é um regimentalista nato: se eu posso, aqui, nesses 20 minutos fazer uso da palavra...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pode, fique à vontade.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) sobre alguns assuntos pertinentes ao meu mandato.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V. Ex.^a tem todo o tempo que precisar. Inclusive, contará com a tolerância desta presidência.

O Sr. PABLO BARROZO:- Eu agradeço a V. Ex.^a pela compreensão, e gostaria de que acrescentasse, pelo menos, uns 5 minutos ao meu tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Será acrescentado o tempo que eu utilizei.

O Sr. PABLO BARROZO:- O tempo em que V. Ex.^a fez uso do meu tempo.

Eu gostaria de fazer uma indagação àqueles que irão votar aqui: será que V. Ex.^{as} terão a mesma posição de votar um projeto de divisão territorial nos municípios que representam? Será, deputado Angelo Coronel, presidente desta Casa, que foi eleito com a maioria absoluta aqui, da Oposição e do governo, para nos representar e ser um juiz nas decisões mais importantes, que todos os municípios serão tratados da mesma forma? Será que os mais de 100 projetos de divisão territorial que existem na Comissão de Divisão Territorial desta Casa serão trazidos para cá e votados dessa forma, sem discussão, sem acordo entre os prefeitos?

Eu tenho minhas dúvidas. Estarei aqui a cobrar e a esperar.

Eu não poderia deixar de fazer o meu relato em relação a esse projeto que está na Ordem do Dia mesmo sabendo que nós iremos votá-lo aqui e ele não vingará como lei. Ou seja, nós estaremos aqui a fazer mais uma vez o papel de pessoas que estão num lugar sem dar o devido valor ao lugar em que estão. Nós estaremos a votar um projeto que não terá força de lei, um projeto inconstitucional, um projeto que não valerá de nada, para fazer a vontade de sei lá quem. Ou eu sei, ou sabemos quem é esse “sei lá quem” e não devemos, aqui, deputado Jurandy, até por gentileza, dizer quem.

Mas V. Ex.^a sabe que quando chega perto da eleição qualquer pequeno interesse para um governo do estado vira um grande interesse. E um governo que precisa organizar a sua desorganização, que é o caso desse projeto, porque o governo quando fez a linha de crédito para se fazer o metrô, ter as isenções, colocou que o metrô seria intermunicipal e, para isso, precisa colocar o metrô fazendo parte de Lauro de Freitas. Inclusive, o metrô iria até a Insinuante, beneficiando mais pessoas, deputado Hildécio.

Mas o governo do estado resolve dar um jeitinho e tentar embromar um projeto, emprenhar um projeto de lei ilegal aqui, nesta Casa, para satisfazer...

Mas eu terei que, aqui, infelizmente, nos próximos projetos de lei que tratarem de divisão territorial, constranger colegas que irão votar favoravelmente a essa divisão territorial e no momento de votar a divisão territorial do seu município se absterão ou votarão contra. Eu quero saber se a mesma regra vai valer para os outros municípios, se nós viremos aqui para votar a divisão territorial de todos os municípios.

Eu estava a ouvir alguns colegas tratarem desse empréstimo, do qual voltarei a tratar, até para satisfazer a vontade do querido presidente Alex Lima. Portanto, gostaria de sua atenção, presidente Alex, V. Ex.^a que está presidindo a Mesa e que tem toda a atenção, respeito e educação com os nossos colegas aqui, pois eu gostaria de tratar desse projeto.

É muito triste vermos um governo que não trata os assuntos da Bahia, deputado Rosemberg, com a seriedade necessária. A Ponte Salvador-Itaparica, certa feita, virou motivo de chacota, porque o governador chegou da China dizendo que, em vez da ponte, seria melhor fazer um túnel. Eu ouvi até muitas brincadeiras – eu sou representante de Salvador, de Itaparica, desses municípios ao redor – que o governador, inclusive, iria contratar 3 mil tatus para fazer esse túnel, para ver se saía do papel. Até em motivo de chacota e brincadeira essa ponte Salvador-Itaparica se transformou.

E, aqui, eu fico perguntando: um governo que não consegue fazer grandes obras; um governo que não consegue resolver a questão da saúde pública; um governo que não consegue asfaltar a BA-351, o que promete há 12 anos, em toda campanha, que liga Santa Rita a Mansidão e Buritirama; um governo que não consegue ampliar o Hospital do Oeste, o que promete todo ano; um governo que fecha as UPAs de Salvador e não consegue ampliar a rede de atendimento em Salvador; e fica...

Vejam bem, é o primo rico pongando no primo pobre. O sistema de saúde do governo do estado, hoje, usa do sistema de saúde de Salvador, usa e abusa do sistema de saúde do governo municipal de Salvador. E, pior ainda, o governo do estado segura o dinheiro da saúde para os municípios e não o repassa em diversos momentos, inclusive para compra de remédios.

Esse governo vem aqui, hoje, pedir que nós aprovemos um projeto de lei para mais um empréstimo. E nenhum de nós, baianos, sabe para que lugar vai o dinheiro desse empréstimo. Se vai para obra em hospital, se vai para a saúde, se vai para tal hospital, se vai para tal estrada. Se for dito...

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. PABLO BARROZO:- Para pagar precatório, pois é...

Se for para fazer alguma obra, deputado Rosemberg, o amigo que está aqui...

Se o amigo quiser, concedo um aparte com a maior satisfação para o amigo.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Está concedido.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Deputado Pablo, como eu fui o relator, esse projeto ele vem especificando que a utilização dele é para o pagamento de

precatórios, até porque é necessário que o governo faça isso. E eu atendi parcialmente à demanda da Oposição. Quando li aqui, tive o cuidado de... Quando estava preparando o relatório, não atendi em sua totalidade a emenda que a Bancada da Oposição fez no parágrafo, porque entendi que poderia inviabilizar o projeto. Mas criei todas as condições, mais ou menos semelhantes – e o deputado Luciano Ribeiro acompanhou –, para que pudesse atender quase que na totalidade à reivindicação da Oposição.

E esse é um empréstimo diferenciado dos outros porque já vem especificada a aplicação dele. Inclusive, coloquei na emenda que a aplicação deveria ser através de uma comissão da Secretaria da Fazenda, e se colocando no Portal da Transparência do governo do estado todos os pagamentos que fossem feitos a partir desse empréstimo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Só para esclarecer. V. Ex.^a está acabando de dizer que esse empréstimo não será usado para nenhum benefício em obras na saúde, na segurança pública, nas estradas?

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Não.

O Sr. PABLO BARROZO:- Pois é! Vejam, mais um motivo para nós não votarmos. O empréstimo votado aqui hoje não trará benefício algum para qualquer dos municípios que V. Ex.^{as} representam, deputado Carlos Ubaldino! Esses municípios que V. Ex.^a representa não terão benefício algum!

Ora, se tivesse benefício e se fosse vinculado até que todos os deputados aqui teriam ânimo de votar, a não ser aqueles que querem prestar um serviço ao governo do estado. É uma pena.

Por diversas vezes esses empréstimos, surpreendentemente, vêm às vésperas de eleição. Nós passamos aqui 3 anos, e vai completar 3 anos e meio, e eu vejo o governador, infelizmente, fazendo propaganda do que irá fazer, assinando ordem de serviço às vésperas de eleição, mas concretizar!...

Eu vou lhe dizer, aqui, em Salvador, município que represento com o máximo de orgulho, nós só temos sido perseguidos por esse governo do estado. Seja na questão do BRT – quando a ex-presidente Dilma estava no cargo seguiu todos os recursos para cá –, seja na ajuda às áreas de saúde e educação, e até na parceria em alguns casos, com a Conder e com outros órgãos, que poderiam fazer uma parceria com o município de Salvador, mas não fazem porque há uma perseguição clara e evidente ao município de Salvador.

Deixo, aqui, o meu repúdio a esse governo que, mais uma vez, persegue o município de Salvador, tentando votar a divisão territorial dos dois municípios em total dissonância com a população de Salvador, que em nenhum momento foi ouvida. Nenhum cidadão do município de Salvador foi ouvido. E a lei é bem clara, deveria haver um plebiscito para que fosse votado esse projeto de lei. Não houve o plebiscito, e não haverá.

Nós iremos votar esse projeto hoje, e o governo, que tem a maioria nesta Casa, provavelmente irá aprová-lo. E nós iremos ver o Supremo Tribunal Federal falar para todos nós: “O projeto que vocês votaram de forma equivocada, de forma atabalhoada,

de forma desesperada, esse projeto que vocês votaram, sem ter nem pra quê, é inconstitucional.” Será uma pena se hoje esse projeto for votado nesta Casa e passar.

Fica, aqui, o meu repúdio com relação a Salvador, deputado Marcelino Galo, V. Ex.^a que por diversas vezes disse que tanto ama essa terra, ser tão discriminado aqui.

Eu gostaria de saber se os outros municípios, volto a fazer a pergunta, do estado da Bahia terão a sua divisão territorial votada aqui neste ano. São mais de 70 projetos, são quase 100 projetos na Comissão de Divisão territorial. Gostaria de saber se serão votados aqui.

Eu solicitarei que tragam, pelos menos, uns 10 projetos. Eu, do próprio punho, irei solicitar, na semana que vem, que tragam, pelo menos, 10 projetos, para ver qual vai ser a postura desta Casa em relação a esses 10 projetos de outros 10 municípios, para ver se serão tratados da mesma forma que Salvador está sendo tratado hoje por ter um prefeito que faz oposição ao governador do estado, e Lauro de Freitas tem uma prefeita que não faz. Gostaria de saber.

Fica a indagação. E iremos ver, nesses dias que estão a seguir, qual será a postura desta Casa, do governo do estado e da Presidência desta Casa com relação a este assunto.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para discutir, o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, eu abro mão da minha fala na discussão do projeto.

E como estamos em processo de votação, quero pedir a V. Ex.^a que verifique o quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, eu queria dizer que esse projeto tem uma importância muito grande para nós, diferentemente do que tem para o deputado Pablo. Ele tem uma colocação específica. Por conta disso, eu gostaria de convidar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes aqui, atendendo à solicitação de verificação de quórum do deputado Luciano Ribeiro. E peço que V. Ex.^a marque o tempo regimental de 25 minutos e fizesse uma chamada nominal para que os deputados pudessem se fazer presentes e a gente votar o projeto de interesse do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- V. Ex.^a será atendido, deputado.

Há um pedido de verificação de quórum de votação. Os Srs. Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, por favor, adentrem o plenário. Sr. Operador, marque o tempo de 25 minutos.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, aproveitando o tempo da chamada dos parlamentares, eu gostaria de esclarecer, aqui, sobre essa questão do projeto que ora vamos apreciar nessa ligeireza e vamos votar. O deputado Pablo fez algumas indagações, quando da sua fala, sobre a destinação dos recursos que ora se busca como empréstimo. Daí que o deputado Rosemberg disse que havia explicação no projeto. E eu quero, aqui, discordar da fala do relator, mas quero discordar, porque a emenda apresentada por V. Ex.^a, embora venha atender um chamado da Oposição, ela não traz, na sua inteireza, o que ali deveria constar, na minha humilde opinião, deputado.

Porque, quando se fala da destinação de pagamento de precatório, é fundamental e talvez o governo, por não ter feito esse ajuste, aqui, na aprovação do projeto – certamente a base governista, que é numerosa, irá aprová-lo – poderá ter consequências, e a burocracia poderá aumentar para liberar. Pois é necessário, também, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional e a própria Constituição Federal, que alguns regramentos para pagamento de precatório precisam ser explicitados se os precatórios que serão pagos são oriundos de despesa com pessoal ou oriundos de outras despesas. Se isso não estiver constando na autorização legislativa, pode haver entraves na hora da liberação desse empréstimo pretendido.

Daí que a nossa intervenção sempre foi nesse sentido. Embora ache estranho que, no final de governo, você tome R\$ 1 bilhão de empréstimo, nós entendemos, e aqui apresentamos, que o projeto deveria ser discutido nas comissões exatamente para esses aprimoramentos. Ainda que a bancada de governo, através do seu relator, tenha, sim, entendido o nosso chamamento e tentado amenizar as imperfeições constantes nesse projeto, nós entendemos que algumas ainda perduram. E que, lamentavelmente, com a aprovação do projeto pela base governista, pode ser que o governo, lá na frente, quando da efetivação do empréstimo, venha a ter alguma dificuldade burocrática nesse sentido.

É, portanto, essa a nossa intervenção, para demonstrar que a Oposição, aqui, está a debater, a fazer esses discursos, a fazer, aqui, esse enfrentamento, não por ser oposição simplesmente, mas por ser, sobretudo, responsável e para poder fazer uma oposição propositiva e que busca no sentido de adequar, no sentido de aprimorar o projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação.

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. Rosemberg Pinto Lula:- Sr. Presidente, já tem quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. (Lê) “*Projeto de Lei nº 22.771/2018, de procedência Poder Executivo, que autoriza contratar operação de*

crédito com instituição financeira autorizada a operar no país e dá outras providências.”

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não. Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Para encaminhar, deputado? Então, para encaminhar o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- De forma nenhuma. Não foi encaminhado, não. Sr. Presidente, trata-se, o presente projeto de lei, como aqui à exaustão a Bancada de Oposição fez o enfrentamento.

Primeiro, em preliminar, nós queremos contestar a rapidez com que esse projeto foi apreciado nesta Casa. Lastimável é que o primeiro projeto do Executivo do ano tenha sido apreciado em regime de urgência e não tenha passado pelas comissões temáticas, projeto de R\$ 1 milhão, R\$ 1 bilhão em final de governo.

Nós, da Oposição, apresentamos aqui, Sr. Presidente, algumas colocações a fim de apreciar açodadamente o projeto. E o Líder do governo, mais açodadamente ainda, quando nós dizíamos na sessão passada que no projeto precisaria, por questões técnicas, constar a instituição financeira que irá captar os recursos.

O Líder do governo, deputado Zé Neto, foi à imprensa dizer que nós estávamos procurando saber, de forma jocosa, para que fôssemos tentar barrar a obtenção do empréstimo. Assim é que se faz política com a consciência do povo, falando inverdades, falando aquilo, para que o povo possa acreditar que isso é a condução dessa Bancada nesta Casa. O que não é!

Nós fizemos algumas colocações: me parece que depois, ou o deputado Zé Neto tomou juízo ou alguém deu juízo a ele para fazer crer, para fazer acreditar que aquilo que nós falávamos antes era de fato uma contribuição para aprimoramento do projeto.

Daí que, certamente orientado pelos técnicos do governo desta Casa, o relator, o presidente da CCJ, deputado Rosemberg Pinto, também pertencente ao mesmo partido do Líder do governo, ao PT, fez compreender e tentou incluir nesse projeto aquilo que nós havíamos aqui delineado e declinado, o fez, mas entendemos ainda que não o fez de forma completa, embora tenha melhorado e muito o projeto, acolhendo a nossa argumentação, a argumentação da Oposição aqui.

Por isso, por entender que ainda restam imperfeições no referido projeto, por ainda entender que o referido projeto está sendo apreciado sem que ele traga... Ainda há uma dúvida nesse projeto, porque o simples fato de dizer que vai pagar precatórios, ainda deixa nesse projeto uma vacância, uma questão técnica que precisa ser esclarecida.

Se os precatórios, que serão pagos por esse empréstimo, serão precatórios oriundos de quais débitos, se é de débito de pessoal ou se é de outros débitos do estado? Porque a depender da origem do débito dos precatórios, efetivamente teria que constar na autorização legislativa que ora a Bancada de Governo irá aprovar.

Daí que, por entendermos que há muita impropriedade ainda no projeto, as suas imperfeições, nós orientamos a Bancada de Oposição a votar contrariamente ao referido projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação. Os Srs. Deputados a favor do projeto permaneçam como se encontram, os contrários levantem as mãos. (Pausa)

Aprovado, com os votos contrários dos deputados de Oposição presentes.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 22.771/2018

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituição financeira autorizada a operar no país e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, junto a instituição financeira autorizada a operar no país, em nome do Estado, operação de crédito até o montante de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

§ 1º - A instituição financeira a ser contratada será a que apresentar melhor proposta em processo de seleção pública a ser realizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

§ 2º - Os recursos resultantes do financiamento autorizado nesta Lei serão utilizados para o cumprimento dos depósitos mensais a que o Estado está obrigado, conforme Plano de Pagamento de Precatórios, sujeitos ao regime especial de pagamento, apresentado ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, na forma prevista no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2018.

Deputado Rosemberg Pinto

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação Projeto de Lei nº 22.761/2018, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar direitos creditórios de propriedade do estado junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, oriundos das carteiras habitacionais da Habitação e Urbanização S.A - URBIS, do Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e do Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia - IAPSEB, sucedido pelo Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia - FUNPREV, e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o nobre deputado oriundo de Barreiras, Antônio Henrique Jr., do PP.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, a regra do Parlamento, Sr. Presidente, antes que o deputado comece, é que haja proporcionalidade. Um projeto para a Situação relatar e outro para a Oposição, essa proporcionalidade há de haver. Só para fazer com que V. Ex.^a...

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- O terceiro projeto, deputado...

O Sr. Luciano Ribeiro:- O próximo projeto será relatório meu, o que vem agora, da divisão territorial.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Colocarei V. Ex.^a para relatar.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JR.:- Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Deputados. (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 22.761/2018, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza o Poder Executivo a alienar direitos creditórios de propriedade do Estado junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, oriundos das carteiras habitacionais da Habitação e Urbanização S.A. - URBIS, do Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e do Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia - IAPSEB, sucedido pelo Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia - FUNPREV, e dá outras providências.’*

Apresenta, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o projeto que ora passo a relatar, objetivando obter desta Casa a necessária autorização para que possa o Poder Executivo alienar direitos creditórios de propriedade do Estado junto ao Fundo de Compensação de

Variações Salariais – FCVS, oriundos das carteiras habitacionais URBIS, do BANEBA e IAPSEB, este sucedido pelo Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia – FUNPREV, ao qual serão destinados os recursos obtidos, ‘para cobertura de obrigações com benefícios previdenciários’, conforme estabelece o art. 2º da proposição.

Trata-se, portanto, da obtenção de recursos que serão destinados à redução do déficit previdenciário do Estado, devendo receber o pleno apoio dos Senhores Parlamentares.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver qualquer restrição quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2018.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o parecer do relator no âmbito das comissões.

Em votação no Plenário.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, para encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Aprovado no âmbito das comissões.

Para encaminhar o deputado Luciano Ribeiro.

O SR. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, o presente projeto... e aqui, mais uma vez a Oposição reafirma o seu espírito público e a responsabilidade com as coisas que são do Estado, a responsabilidade com o encaminhamento e bem das finanças do Estado, a responsabilidade para que a gestão estadual tenha êxito. Esse é o compromisso da Oposição também. Por isso esse projeto, embora seja oriundo do Executivo, ele traz no seu bojo a busca de recursos que estão em diversas circunstâncias paralisados para que sejam leiloados e possam compor o Funprev, o fundo que serve para a aposentadoria dos trabalhadores.

Essa demonstração – essa necessidade de usar esse dinheiro – é uma demonstração clara e evidente, como aqui já houve em 2015, de que o estado encontra-se, principalmente o fundo dos servidores, em extrema dificuldade de honrar os seus compromissos. É preciso a todo instante fazer aporte do dinheiro. Foi preciso do estado... quando criou o Baprev, deixou o Funprev deficitário. Aqueles funcionários mais velhos do estado, que têm mais tempo de serviço, correm o risco – e aqui eu já fiz um artigo publicado inclusive na imprensa sobre o tema – correm o risco de ficar num futuro não muito longe, num futuro não muito longe, sem receber as suas aposentadorias. Nós, então, da Oposição por entendermos que o governo tratou mal o Funprev, criou o Baprev apenas para resolver uma situação dos novos servidores, mas não tratou bem o Funprev, e que esse recurso oriundo desses leilões, desses títulos, certamente irá recompor o fundo para que os servidores do estado não tenham as suas aposentadorias prejudicadas.

Daí que a Oposição nessa demonstração de que tem a responsabilidade com a coisa pública, tem responsabilidade com o mandato, está aqui para fazer as críticas construtivas, mas também aprovar aqueles projetos que são necessários para o estado da Bahia. Daí que recomendo, encaminho o voto da Oposição, voto “sim” ao presente projeto, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto Lula:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto Lula:- Sr. Presidente, eu acho que nesta Casa tem momentos que a gente tem que fazer com que o conteúdo seja preservado e esclarecido no que for necessário. Primeiro agradecer à Oposição a compreensão com relação ao projeto e eu voto “sim”.

Acho que é uma atitude lúcida, uma atitude madura da Oposição. No mais eu queria dizer ao deputado Luciano que realmente, deputado, é um dos problemas mais graves que o país e os estados brasileiros enfrentam de forma mais contundente.

O Baprev é uma criação... o Baprev que faz com que depois de 2016... a partir de 2015, junho de 2015 nós tivéssemos, como hoje temos, deputado Coronel, uma previdência que faz com que cada servidor do estado se aposente com o mesmo valor do teto da previdência geral, 5 mil e fração. E criou o Baprev garantindo que a cada R\$ 100 que o servidor colocar o estado coloca o mesmo valor para garantir essa previdência, que é uma previdência extremamente, eu diria, lucrativa para o servidor que não ficou desamparado.

Agora o Funprev, quero só esclarecer, que ao encontrar o Funprev sem um fundo de reserva, nós tínhamos que estar aportando R\$ 360 milhões em 2007. De lá para cá a inflação não alcança o patamar de 120%, ou seja, 1,2 vezes – 120%. Hoje, vamos alcançar esse ano – essa é a previsão – R\$ 3,8 bilhões. Esse é o número, deputado Luiz, R\$ 3,8 bilhões, mais de 10 vezes o valor aportado em 2007, ou seja mais de 1.000%.

Esse é um problema grave, nós todos vamos ter que ter muita responsabilidade, essas reflexões... e eu quero só dizer à Bancada de Oposição que esse assunto, não é um assunto de governo, é um assunto de estado. Eu quero louvar aqui – claro que V. Ex.^a deixou alguma crítica – mas louvar a atitude da Oposição, em determinados momentos nós temos que ter, sim, responsabilidade com a vida pública e na questão previdenciária do nosso estado relacionado ao Funprev deve haver um esforço geral. Até porque, infelizmente ainda tem aposentadorias aí, como a gente tem visto em alguns órgãos e poderes do estado com 30 mil, com 40 mil, com liminar que garante 80 mil e por aí vai.

Então, vamos ter que botar o pé no chão e eu quero aqui orientar a nossa bancada que vote “sim”, mas esse é um debate que nós temos que fazer com responsabilidade e com a percepção de como eu disse agora há pouco, encerrando a minha fala, que é um problema de estado e não de governo e a todos nós cabe o esforço para enfrentá-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em votação o Projeto de Lei 22.761/2018. Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado a unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.761/2018

Autoriza o Poder Executivo a alienar direitos creditórios de propriedade do Estado junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, oriundos das carteiras habitacionais da Habitação e Urbanização S.A. - URBIS, do Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e do Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia - IAPSEB, sucedido pelo Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia - FUNPREV, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os direitos creditórios de propriedade do Estado junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, oriundos das carteiras habitacionais da Habitação e Urbanização S.A. - URBIS, do Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e do Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia - IAPSEB, sucedido pelo Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia - FUNPREV.

Art. 2º - Os recursos provenientes da alienação de que trata o art. 1º desta Lei serão destinados ao FUNPREV para cobertura de obrigações com benefícios previdenciários.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Obrigado deputado Marcelo.

Há sobre a Mesa um Projeto de Lei nº 21.766/2016, de procedência do deputado Zó. Atualiza a forma da Lei nº 12.057/2011. Os limites dos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

Faltam os Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, e da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação.

Designo para relatar a matéria o deputado Bira Corôa.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, não vai obedecer a proporcionalidade, não? V. Ex.^a acabou de dizer que ia obedecer.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Nós temos aqui 18 projetos. Fique tranquilo que será.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não, a proporcionalidade é: dois da Situação e um da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Não, a proporcionalidade não diz que teria sequência.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se V. Ex.^a for escolher os projetos para dar para a Oposição, eu dispenso a proporcionalidade. Aí eu dispenso. Se for escolher pela matéria, eu dispenso.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Ô, deputado, eu queria o seguinte...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Aí, eu dispenso a proporcionalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- (...) um lote da Oposição e um lote da Situação. Seria mais rápido assim. Até...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Se for para escolher pela matéria, o que dá para a Oposição, eu dispenso. Está dispensado.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Designo para relatar a matéria o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA LULA:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça e Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação, ao Projeto de Lei nº 21.766/2016, de autoria do Deputado Zó, o qual ‘atualiza, na forma da Lei nº 12.057/2011, os limites dos Municípios de Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.’*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria do Deputado Zó, tem por objetivo atualizar os limites territoriais dos Municípios de Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz, integrantes do Território de Identidade Metropolitano de Salvador.

A medida, conforme registra o Deputado Zó em sua Justificativa, visa ‘atualizar a divisão político-administrativa dos 10 (dez) Municípios que compõem o Território de Identidade Metropolitano de Salvador, mantendo a integridade territorial das unidades municipais confrontantes. O parâmetro de delimitação nele utilizado foi o critério administrativo, conforme preconiza a Lei 12.057/2011, com as adaptações que se fizeram necessárias para resolver as peculiaridades deste território predominantemente urbano.’

A atualização dos limites intermunicipais da Bahia constitui-se num complexo processo de interação entre os poderes executivos e legislativo, visando ao estabelecimento da modernidade no sistema político-administrativo do Estado, com reflexos altamente positivos em relação ao exercício pleno da cidadania por todos os baianos, inclusive aqueles que habitam às áreas mais longínquas das sedes do poder. Em decorrência desta complexidade em compatibilizar interesses nem sempre convergentes, procura-se obter o acordo entre os municípios confrontantes como

forma de garantir a segurança jurídica deste importantíssimo trabalho, diante do interesse e da necessidade de aprovação, o mais rápido possível, das atualizações dos limites municipais.

De fato, a Bahia experimentou um intenso processo de emancipações municipais nos últimos 61 anos, passando de um total de 150 municípios em 1953, data da edição do Decreto nº 628, que versa sobre a divisão político-administrativa do Estado da Bahia, para os atuais 417 municípios. Essa evolução, que engloba aspectos sociais, econômicos, políticos e administrativos, não foi acompanhada pela revisão da legislação dos limites intermunicipais do Estado, embora prevista no referido Decreto.

Em consequência, a exegese dessas leis embarça-se nas imprecisões e no anacronismo, já que é uma legislação muito antiga, ancorada em referências geográficas muitas vezes não mais existentes. Além disso, o uso de novas tecnologias, a exemplo de imagens orbitais, softwares de geoprocessamento e GPSs de alta precisão, transformaram essas leis em disposições ultrapassadas que, em vez de regular as relações administrativas e institucionais, vem provocando conflitos e tensões sociais, com graves prejuízos para as populações residentes.

Diante desta situação crítica, a aprovação da Lei 12.057/2011 institui a base legal para a atualização da legislação sobre a divisão territorial do Estado. Os Projetos de revisão são elaborados por equipes compostas por técnicos da SEI e do IBGE, coordenadas pela primeira instituição e supervisionadas pela Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação da Assembleia Legislativa, contando, na etapa de campo, com a participação dos gestores municipais ou de seus representantes e de parcelas da população envolvida.

A atualização dos limites do Município de Salvador, inclusive, mereceu atenção constitucional, formalizado pelo art. 58 do Ato das Disposições Transitórias, que estipulou prazo para a conclusão do presente trabalho e atribuiu ao Poder Executivo o dever de arbitrar os limites das áreas litigiosas.

Trata-se, assim, de medida de inquestionável interesse público, na medida em que garante a implementação das ações administrativas, que estão paralisadas em decorrência da insegurança jurídica provocada pela indefinição territorial, além de cumprir o mandamento constitucional.

Ocorre que, ainda não foi possível dirimir todas as dúvidas e questionamentos acerca dos limites dos Municípios de Camaçari e Dias D'ávila, sugerindo-se o protocolo de Projeto de Lei apartado para delimitar os referidos Municípios.

A proposição não recebeu emendas. No entanto, cabe-me, na condição de Relator, propor a seguinte emenda:

Emenda de Relator:

Suprimam-se o §§ 1º e 3º do art. 1º do Projeto de Lei nº 21.766/2016, renumerando os demais.

Justificativa: A presente emenda visa suprimir os dispositivos relacionados aos Municípios de Camaçari e Dias D'ávila para que possam ser amadurecidas as

pendências relacionadas a essas unidades em que não se conseguiu alcançar o acordo com os Municípios confrontantes.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de seu caráter altamente meritório, opino pela sua aprovação com a alteração introduzida pela emenda de Relator.”

Srs. Deputados, o projeto em discussão retrata, acima de tudo, a reedição dos limites entre os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, reafirmando que houve por parte dos dois municípios compreensões e que houve, sem dúvida alguma, um ajuste feito por um olhar técnico compromissado, para atender, acima de tudo, os interesses das comunidades envolvidas, respeitando acima de tudo que os dois municípios cumpriram com o papel de ajustar de forma...

O Sr. Pablo Barrozo:- Pela ordem.

O Sr. BIRA CORÔA LULA:- (...) e acordo.

E, Sr. Presidente, diante do exposto, opino pela aprovação do projeto com a emenda do relator.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Pela ordem, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Em discussão o parecer do relator.

Pela ordem o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Presidente, baseado no art. 81, e aqui perplexo quando esse projeto foi avocado para esta Casa, diante de flagrante inconstitucionalidade, levando-se em conta que não foram ouvidos os munícipes de Salvador nem de Lauro de Freitas através de plebiscito, não foi discutido devidamente nesta Casa, é um projeto que foi parido, forjado em uma sala com duas ou três pessoas, que não representa a vontade nem do povo de Salvador nem do povo de Lauro de Freitas, eu gostaria de pedir a V. Ex.^a vista desse projeto, vista do parecer desse projeto, para, dentro do prazo regimental, eu devolvê-lo à Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedido o pedido de vista ao deputado Pablo Barrozo, pelo prazo de 48 horas.

Há um requerimento sobre a Mesa: “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o art. 2º, requerem uma convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar várias matérias que estão aqui no requerimento anexo*”.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Declaro encerrada a sessão ordinária. Em 2 minutos abriremos a sessão extraordinária, conforme convocação.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.